

Reagrupamento Revolucionário



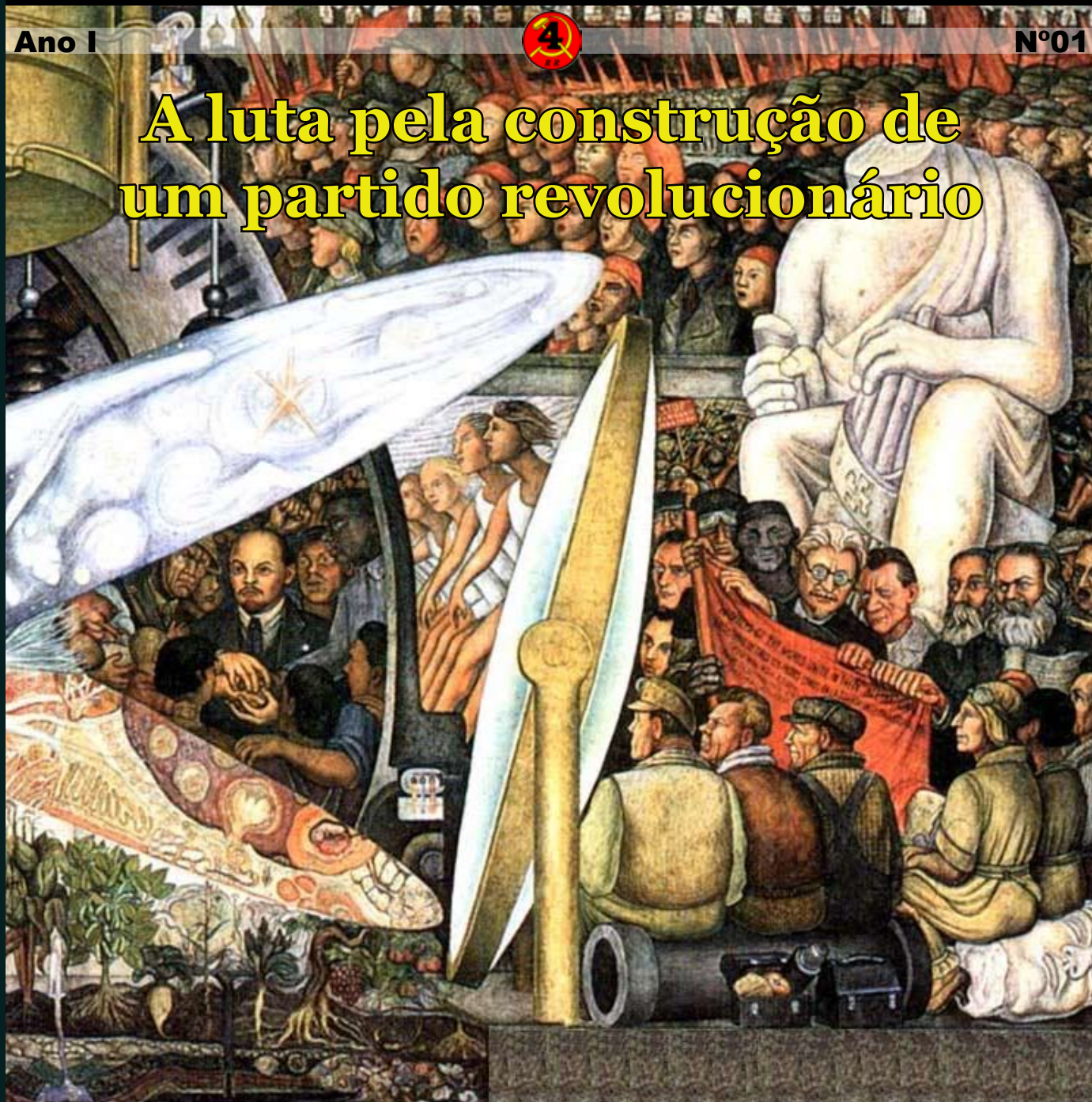
Terceiro trimestre 2011

Ano I



Nº01

A luta pela construção de um partido revolucionário



**COLETIVO
LENIN**

A destruição do Coletivo Lenin

*Morre um embrião para a reconstrução da
Quarta Internacional, mas a luta continua!*

Pg. 05

Introdução à série

Polêmica Marxista

Dezembro de 2008

Escrito por Samuel Trachtenberg no mesmo ano de sua ruptura com a Tendência Bolchevique Internacional (TBI) e da fundação do projeto **Reagrupamento Revolucionário** (conferir *A Estrada Para Fora de Rileyville*, nesta mesma edição), o seguinte artigo é a introdução para uma série de polêmicas já publicadas e também planejadas. Entretanto, o reproduzimos enquanto uma introdução aos documentos aqui disponibilizados com o objetivo de apresentar a nossa organização de um ponto de vista histórico e programático. Ao contrário de se proclamar um partido ou uma internacional, o RR constitui um embrião cuja maior tarefa é o reagrupamento de forças revolucionárias, com o objetivo futuro de refundar a Quarta Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Em 1938, na conferência de fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP) americano, após ter ganhado para o trotskismo revolucionário de maneira bem sucedida uma larga fração de membros do reformista Partido Socialista (SP), inclusive uma maioria de sua juventude, James P. Cannon explicou que:

“TODA A EXPERIÊNCIA da luta de classes numa escala mundial, e especialmente a experiência dos últimos vinte anos, ensinam uma lição acima de todas as outras, uma lição resumida numa única posição: o mais importante problema da classe trabalhadora é o problema do partido. O sucesso ou o fracasso nesse domínio é a diferença entre a vitória ou a derrota todas às vezes. A luta pelo partido, o esforço incessante para construir uma nova organização política de vanguarda sobre as ruínas da velha, concentra em si mesma os mais vitais e progressivos elementos da luta de classes como um todo...”

“A reconstrução do movimento operário revolucionário na forma de um partido político não é um processo simples. No meio de dificuldades sem precedentes, complicações e contradições, o trabalho continua, como em todos os movimentos sociais, numa linha em ziguezague. O movimento novo toma forma através de uma série de rachas e fusões que devem parecer com um xadrez chinês ao observador superficial. Mas como poderia ser de outra forma? A assustadora desintegração dos movimentos antigos, num cenário de levante mundial, desorientou e separou os militantes revolucionários em todas as direções. Eles não podem achar o seu caminho sozinhos, nem chegar às mesmas conclusões básicas, do dia para a noite.”

Um Novo Partido é Criado (1938)

No mesmo discurso, Cannon, um líder histórico do trotskismo nos Estados Unidos, também comentou sobre os sectários “anti-sectários” dos seus dias. Como hoje, o pequeno movimento trotskista era zombado por seu foco em lutar por clareza ideológica e programática dentro da extrema esquerda do movimento operário. Contraposta a isso era uma falsa e aventureira “orientação para as

massas”. Os “anti-sectários” que denunciavam os trotskistas como “primariamente um círculo de teóricos isolados e detalhistas” Cannon caracterizava como “centristas que manobram todo o tempo com inexistentes ‘movimentos de massa’ no vácuo...”. Enquanto revolucionários confiam numa classe trabalhadora politicamente consciente, aliada com todas as massas exploradas e oprimidas, como a única capaz de destruir o capitalismo numa escala mundial, e não pode buscar agir como um substituto a ela, Cannon explicou que “A estrada para as massas é através da vanguarda e não por cima da sua cabeça.” (*A História do Trotskismo Americano*).

Ao contrário, os verdadeiros sectários (e em geral, também oportunistas) são aquelas tendências que tentam enganar seu público ao se recusarem rigorosamente a sequer mencionar ou reconhecer a existência de todos os outros grupos em suas publicações, ou ao pôr pressão em suas fileiras e periferias para prevenir que entrem em contato livre com militantes de outras correntes ou que leiam seus textos. Mas a vitória das políticas corretas contra as incorretas só pode triunfar sob circunstâncias de debate livre e honesto entre todos. As organizações que se abstém ou tentam pôr pressão em suas fileiras e periferia para não participarem nesses debates estão proclamando a falta de confiança em sua política, assim como em

Índice

Introdução à Série Polêmica Marxista	pg. 03
A destruição do Coletivo Lenin	pg. 06
O CL rompe relações com a TBI	pg. 14
Aos trotskistas - O PSTU e a QI	pg. 21
Rumo ao renascimento da QI	pg. 23
A estrada para fora de Rileyville	pg. 27
Uma carta sobre a revolução boliviana	pg. 30

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com

Site (com seção em português): regroupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50048 - RJ, 20050-971
reagrupamento.revolucionario@gmail.com

Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY 11204
revolutionary_regroupment@yahoo.com

suas fileiras e periferias. Assim, essas organizações não merecem confiança, nem por suas fileiras e periferias, nem da classe trabalhadora como um todo.

A série *Polêmica Marxista* é produzida pelo Reagrupamento Revolucionário e cada número será dedicado a um tema político específico. Nosso público alvo para esta série são os grupos e militantes subjetivamente revolucionários ao redor do mundo que “devido à desintegração dos movimentos antigos” estão nesse momento “desorientados e divididos”.

Também é esperado que esses documentos sejam bem sucedidos em iluminar e introduzir questões centrais para aqueles que há pouco se interessaram na política revolucionária. Uma investigação séria das organizações atualmente existentes é crucial para decidir qual grupo deve-se ajudar a construir, ou então nele permanecer. Como tem sido frequentemente demonstrado por muitos, pode-se perder muitos anos de vida se isso não for feito.

Ao criticar diferentes tendências políticas, não nos limitaremos àquelas maiores entre as existentes atualmente. Muitos grupos internacionais ainda pequenos são mais jovens e, assim, menos burocratizados, e apegam-se menos às tradições e ortodoxias revisionistas do que os grupos dos quais racharam. Tendências socialistas menores frequentemente possuem hoje membros mais comprometidos e mais desenvolvidos teoricamente (e em algumas circunstâncias, dependendo de suas histórias, a sua liderança também) do que organizações maiores. Desse modo eles irão provavelmente desempenhar um papel altamente importante nos estágios iniciais de construção de um partido revolucionário.

Em resposta aos que argumentavam que os trotskistas alemães prestavam atenção insuficiente ao Partido Comunista, que possuía uma quantidade maciça de membros em relação a outros grupos, Leon Trotsky respondeu:

“Talvez pareça estranho que nós devamos dedicar comparativamente trabalho tão grande a uma organização tão pequena. Mas a essência da questão está no fato de que a importância do SAP é muito maior do que o próprio SAP. Envolvido aqui está, em última instância, a questão de uma política correta em direção às tendências centristas que agora aparecem em todas as cores do arco-íris no movimento operário. O aparato centrista conservador herdado do passado deve ser abortado do desenvolvimento revolucionário da vanguarda proletária, essa é a tarefa!”

Alquimia centrista ou marxismo (1935).

Os pablistas e outros oportunistas objetivistas geralmente confiam no desenvolvimento orgânico

do processo histórico para resolver o problema do reagrupamento revolucionário (e por esse propósito a crise de liderança revolucionária também). Para eles, a simples existência de um movimento de massas popular, quaisquer que sejam sua liderança e sua política, expressa por si só a solução para esse problema. Todos aqueles que não se comportam como ovelhas seguindo um pastor e tentam expor os falsos líderes, são denunciados por serem ultra-esquerdistas e “sectários sem solução”.

Apesar de frequentemente se queixarem da divisão nas forças revolucionárias, o problema que está na raiz da confusão e da desorientação política não lhes interessa. Eles esperam que as lideranças não-revolucionárias do movimento de massas do momento sejam forçadas pela força dos fatos a se tornarem uma “faca cega” para o socialismo, quaisquer que sejam suas intenções verdadeiras e/ou iniciais, muito menos consideram qualquer confusão ou desorientação política da parte de outros. A história das derrotas da classe operária (que incluem muitas situações potencialmente revolucionárias) que inevitavelmente aconteceram sob a liderança desses líderes desleais, da Espanha ao Chile e ao bloco Soviético, é geralmente aceita formalmente, mas suas lições são repetidamente ignoradas para as lutas dos dias de hoje. Isso arma o terreno para a repetição dessas derrotas.

Hoje essa atitude é mais bem expressa pelas profundas ilusões de muitos que afirmam serem marxistas, na capacidade de Hugo Chávez de liderar a Venezuela em direção a uma revolução socialista. Tal posição não está apenas em conflito com o entendimento do marxismo sobre a necessidade do programa e da liderança revolucionária, mas também no entendimento sobre a impossibilidade de reformar o Estado capitalista, e a oposição à colaboração de classes. Ela também pressupõe, explícita ou implicitamente, uma estratégia similarmente reformista a nível internacional.

Outrastendências, ou explicitamente não tem interesse no reagrupamento revolucionário, ou inconscientemente sabotam todas as oportunidades que tem para tal. O recrutamento numericamente significativo de camaradas experientes com grande força de vontade põe um desafio em potencial para a habilidade dos líderes autoritários de controlarem suas seitas. A sua atitude sectária não é um reflexo de qualquer tipo de sinceridade juvenil ou ultra-esquerdismo rígido, mas medo burocrático. A existência de suas organizações é transformada em um fim em si próprio e para eles próprios, ao invés de um veículo para construir uma liderança revolucionária das massas. As lideranças de tais grupos geralmente deixaram há muito de acreditar nas políticas e objetivos formais que eles professam, prestando essencialmente o mesmo papel que o “socialismo dos dias de festa” da Segunda Internacional, mascarando a realidade dos seus objetivos e posições verdadeiros. Eles preferem que seus grupos permaneçam pequenos, tornando-os mais fáceis de controlar. Em contraste, a atitude de Trotsky não era nem objetivista nem sectária.

“A crise de liderança proletária não pode, é claro, ser superada através de uma fórmula abstrata. É questão de um processo extremamente monótono. Mas não de um processo puramente ‘histórico’, ou seja, das premissas objetivas de atividade consciente, mas de uma cadeia ininterrupta de medidas ideológicas, políticas e organizativas com o propósito de reunir os melhores, mais conscientes elementos do proletariado mundial debaixo de uma bandeira sem mácula, elementos cujo número e autoconfiança devem ser constantemente reforçados, cujas conexões com seções mais largas do proletariado devem ser constantemente desenvolvidas e aprofundadas – em uma palavra: devolver ao proletariado, sob novas e altamente difíceis e onerosas condições, sua liderança histórica.”

Rosa Luxemburgo e a Quarta Internacional (1935).

A resolução de 1961 da britânica Liga Operária Socialista (SLL), que estava liderando o Comitê Internacional na época, argumentava que:

“A Quarta Internacional, como organização mundial fundada por Leon Trotsky em 1938, não existe mais. Ela foi destruída pelo pablismo.”

A Perspectiva Mundial para o Socialismo, *Labour Review* (inverno de 1961), página 127.

Enquanto o CI subsequentemente mudou e desonestamente apagou essa posição no curso de sua degeneração política, o documento da SLL prestou um importante papel na formação da Tendência Revolucionária dentro do Partido dos Trabalhadores Socialistas (SWP). Num documento fracional fundamental contra o giro do SWP para o pablismo, a TR afirmou:

“Nos últimos quinze anos o movimento fundado por Leon Trotsky sofreu uma profunda crise teórica, política e organizativa. A manifestação superficial dessa crise foi o desaparecimento da Quarta Internacional como uma estrutura significativa. O movimento consequentemente foi reduzido a um grande número de pequenos grupos, formalmente filiados a três tendências: o ‘Comitê Internacional’, o ‘Secretariado Internacional (Pablo)’ e o ‘Secretariado Internacional (Posadas)’. Políticos superficiais esperam superar a crise por uma fórmula organizativa – ‘unidade’ de todos pequenos grupos que queiram se unir em torno de um programa de denominador comum. Essa proposta obscurece, e na verdade agrava, as causas políticas e teóricas fundamentais dessa crise.”

Rumo ao Renascimento da Quarta Internacional (1963).

Se a “desintegração dos movimentos antigos... que desorientou e dividiu os militantes revolucionários em todas as direções” tornou as tarefas dos trotskistas complexas em 1938, a desintegração da Quarta Internacional em três tendências internacionais, numa situação de continuação da separação e confusão pré-existentes tornou-as substancialmente mais difíceis e complexas em 1963. Hoje existem não apenas 3 organizações reivindicando o trotskismo, mas muitas. Dessa forma, as conclusões organizativas propostas pela TR retêm a sua validade ainda hoje.

“A tarefa do movimento marxista revolucionário internacional hoje é restabelecer sua própria existência real. Falar da ‘conquista das massas’ como uma guia geral internacional é um exagero qualitativo. As tarefas diante da maioria das seções trotskistas e grupos atuais parte da necessidade de clarificação política na luta contra o revisionismo, no contexto de um nível de trabalho de uma natureza geral preparatória e propagandista.”

Para muitos militantes, a atividade mais estreita imposta pela situação, compreensivelmente, não parece atraente. Entretanto, esse crucial trabalho preparatório é hoje uma pré-condição para liderar lutas de massas de maneira bem sucedida amanhã. Em tais períodos, Trotsky argumentou:

“Uma tendência revolucionária não pode contar com vitórias relâmpagos em um tempo em que o proletariado como um todo está sofrendo as maiores derrotas. Mas isso não é justificativa para ficar de braços cruzados. Precisamente nos períodos de refluxo revolucionário é que se formam e desenvolvem os quadros que mais tarde serão chamados a liderar as massas numa nova investida.”

É necessário Construir Partidos Comunistas e uma Nova Internacional” (1933).

O Reagrupamento Revolucionário está determinado a não se curvar diante da dificuldade da situação, e nem fazer desta uma virtude permanente como outros antes fizeram. Como previamente declarado, nós seguimos

“convencidos da necessidade e da possibilidade de derrubar a sociedade capitalista, mas essa possibilidade só pode se atingida através do reagrupamento dos subjetivamente revolucionários pelo mundo numa base programaticamente sadia pela reconstrução da Quarta Internacional.”

Carta de Rompimento de Sam T. com a Tendência Bolchevique Internacional (2008).



Morre um embrião para a reconstrução da Quarta Internacional

O Coletivo Lenin é destruído pelo revisionismo!

Junho / julho de 2011

“De todos os lados, estamos cercados de inimigos, e é preciso marchar quase constantemente debaixo de fogo. Estamos unidos por uma decisão livremente tomada, precisamente a fim de combater o inimigo e não cair no pântano ao lado, cujos habitantes desde o início nos culpam de termos formado um grupo à parte, e preferido o caminho da luta ao caminho da conciliação. Alguns dos nossos gritam: ‘Vamos para o pântano!’ E quando lhes mostramos a vergonha de tal ato, replicam: ‘Como vocês são atrasados! Não se envergonham de nos negar a liberdade de convidá-los a seguir um caminho melhor!’ Sim, senhores, são livres não somente para convidar, mas de ir para onde bem lhes aprouver, até para o pântano; achamos, inclusive, que seu lugar verdadeiro é precisamente no pântano, e, na medida de nossas forças, estamos prontos a ajudá-los a transportar para lá os seus lares. Porém, nesse caso, larguem-nos a mão, não nos agarrem e não manchem a grande palavra liberdade, porque também nós somos ‘livres’ para ir aonde nos aprouver, livres para combater não só o pântano, como também aqueles que para lá se dirigem!”

V. I. Lenin, “O Que Fazer?” (1903)

Nos últimos três meses, o **Coletivo Lenin** reduziu muito a sua atuação no movimento para se dedicar a polêmicas internas, fato que informamos a nossos simpatizantes e ativistas próximos. Essas polêmicas consistiram na luta entre duas tendências internas. Uma delas era encabeçada por um membro fundador e veterano do grupo, que progressivamente passou a propor uma compreensão revisionista do trotskismo, atacando inúmeros pontos essenciais do programa da organização. Por questões de segurança, iremos nos referir a tal membro, que hoje é o principal líder do CL, através do *pseudônimo* “Paulo Araújo”. A outra, que após ser cristalizada se denominou **Tendência Coletivo Lenin**, se dedicou a combater esse revisionismo e defender o programa original do Coletivo. Essas tendências se confrontaram abertamente desde maio.

Como membros da segunda tendência, nós tínhamos em mente desde o princípio que era impossível uma convivência harmoniosa entre elas, da mesma forma como é impossível a convivência política e organizativa entre os leninistas e os revisionistas. A tendência de Paulo Araújo, depois de tentar por muito tempo a conciliação, se lançou finalmente a uma empreitada para “resolver a questão” e terminar as discussões de uma vez. Para nós, a batalha pelo programa do Coletivo Lenin deveria dar-se em bases de ampla discussão, onde todas as questões em polêmica fossem debatidas intensivamente, até que todos chegassem a uma conclusão e optassem por que lado seguir. Ao mesmo tempo, deveria se manter a total honestidade organizativa, cujo princípio básico, em qualquer organização que se reivindica leninista, é o **caráter interno** de tais discussões. Como veremos, não apenas os princípios políticos, como também os organizativos foram rasgados pela tendência revisionista que acabou se apoderando do Coletivo Lenin e marcando a sua degeneração.

Nessa tarefa, a tendência revisionista foi em muito ajudada por inúmeros fatores. Os principais foram a experiência negativa da tentativa de fusão com a Tendência Bolchevique Internacional, finalizada em agosto de 2010 (confira a carta de ruptura entre o Coletivo Lenin e a TBI, *Coletivo Lenin rompe relações com a Tendência Bolchevique Internacional*, de dezembro de 2010) e a despolitização e inexperiência dos militantes mais recentes e aspirantes (que eram cerca de um terço da organização ao longo

da luta fracional). A saída de alguns membros veteranos e com autoridade no grupo, por inúmeros motivos não relacionados, pouco antes de se iniciar a disputa, também contribuiu, já que Paulo permaneceu como único membro que havia formado o grupo desde a origem, e assim tinha grande influência para negar o programa que ele próprio havia ajudado a lapidar.

No fim, a aceitação passiva do programa revisionista por parte de alguns; a atitude movimentista de querer retornar ao ritmo normal de atividades o quanto antes e sem discutir a fundo, por parte de outros; e um ódio comum aos “causadores de problemas”, nós, que prezavam pela pureza dos princípios estabelecidos por nossa organização e a necessidade de estudar e discutir a fundo todas as polêmicas antes de tomar uma decisão, além da negação em aceitar conciliar com o revisionismo, fizeram com que se formasse uma maioria heterogênea hostil aos princípios e ao programa pelo qual o Coletivo Lenin havia sido forjado e funcionado pelos seus mais de dois anos de existência. Essa, maioria, liderada por Paulo, apesar de manter o nome, nada mais tem a ver com a tradição do Coletivo Lenin.

O programa original do Coletivo Lenin

O Coletivo Lenin foi formado em janeiro de 2009 com base em um programa muito bem definido, que foi principalmente influenciado pela Tendência Bolchevique Internacional, que por sua vez teve sua origem na **Liga Espartaquista (SL)** dos Estados Unidos. A SL foi formada a partir da Tendência Revolucionária do SWP (Partido dos Trabalhadores Socialistas) norte-americano, que foi desde o início, a principal seção da **Quarta Internacional**, fundada com a liderança de Leon Trotsky em 1938. Depois da Segunda Guerra, a Internacional se viu extremamente fragilizada, inclusive pela morte de seus principais quadros políticos e organizativos (incluindo o próprio Trotsky).

Com a expansão do stalinismo no Leste Europeu e na China e o grande crescimento da influência stalinista no movimento operário mundial a partir da década de 1950, vários elementos da nova liderança da Quarta formularam uma compreensão oportunista sobre as tarefas da Internacional. Esse novo programa foi formulado por Michel Pablo e logo aceito por outros, como Ernest Mandel, e consistia em compreender a Quarta como uma

para “empurrar” os stalinistas para liderarem a revolução mundial. Esse revisionismo, que se tornou conhecido como pablismo (em “homenagem” ao seu principal formulador) logo foi estendido a outras correntes do movimento, como a socialdemocracia e mesmo o nacionalismo burguês nos países periféricos.

O pablismo criou as bases para transformar a Quarta Internacional numa organização centrista e sua política foi a fonte para as posições traiçoeiras da organização em eventos fundamentais como a Revolução Boliviana de 1952, a greve geral francesa de 1953 e a revolta operária contra a burocracia stalinista em Berlim Oriental no mesmo ano. Em todos eles, a posição da Quarta foi de não denunciar o papel traidor do stalinismo ou dos nacionalistas, e de fazer “chamados” para que eles cumprissem as tarefas que só uma organização revolucionária poderia cumprir. No caso boliviano, a traição destruiu as possibilidades palpáveis que o partido trotskista boliviano tinha de liderar a classe operária em direção ao poder, e guiou esse partido numa tentativa frustrada de “influenciar” o governo nacionalista para a esquerda. A forma organizativa defendida pelos pablistas tinha sido de fazer um entrismo de tipo especial (“*sui generis*”) nos partidos oportunistas, possuindo caráter “profundo”, pois previa a duração de gerações e gerações. Mais gritante ainda, tal entrismo pretendia esconder as posições políticas trotskistas e “não denunciar as lideranças” stalinistas, nacionalistas ou socialdemocratas.

O sucesso dos pablistas no III Congresso Mundial só foi contraposto (e de maneira imperfeita), por algumas seções, como a maioria do **Partido Comunista Internacionalista francês** e o **SWP norte-americano**. Esses, junto a outras seções menores, romperam com a Quarta em 1953 e organizaram o Comitê Internacional. O Comitê tinha uma compreensão insuficiente dos novos Estados criados pelo stalinismo, mas mantinha a necessidade de combater as suas direções burocráticas. Além disso, defendia corretamente que a Quarta deveria resolver a crise de liderança proletária internacional, e não se adaptar a ela tentando “empurrar” partidos comprovadamente oportunistas para a realização de tarefas revolucionárias. ***Em razão disso, reivindicamos o combate do Comitê Internacional contra o pablismo.***

A posterior capitulação do SWP ao pablismo, sob a pressão da segunda fase da revolução cubana (a partir de 1961), foi, portanto, uma grande derrota para os revolucionários. O SWP passou a cumprir o mesmo papel com relação à liderança castrista que os pablistas tinham com relação a outras correntes do movimento. Não por acaso, isso levou a uma fusão entre o SWP e os pablistas em 1963, para formar o “Secretariado Unificado da Quarta Internacional” (SU). O ato de celebração dessa fusão foi a concepção de que o recém-formado Estado Cubano era um Estado Operário pleno, como a União Soviética nos seus primeiros anos, sob a liderança de Lenin e Trotsky, e que os castristas eram “trotskistas inconscientes”. Na época, a Tendência Revolucionária (RT) foi o único setor do SWP a combater essa capitulação. Também formulou uma análise inovadora da formação social cubana e do

processo pelo qual havia sido criada. A análise da RT, posteriormente desenvolvida quando ela se tornou a Liga Espartaquista, reconhecia Cuba como um Estado operário deformado, que necessitava de uma revolução política para estabelecer uma democracia operária. Dessa forma ela não apenas saía em oposição aos entusiastas pablistas de Castro, mas também se diferenciava da liderança do Comitê Internacional, que defendia a necessidade de uma liderança trotskista, apesar de negar a realidade de que o capitalismo havia sido derrubado em Cuba.

Além disso, a RT combatia o pablismo em todas as suas formas, e colocava a necessidade de priorização dos setores mais explorados do proletariado (os negros e as mulheres, principalmente) no movimento e a solução de suas opressões específicas através da revolução socialista. A sua atuação no movimento sindical sempre foi pautada pela defesa de um programa transitório, que defendia as melhorias progressivas da classe trabalhadora, enquanto apontava para reivindicações essenciais que só poderiam se realizar com a tomada do poder pelos proletários. Uma das principais contribuições teóricas da RT para o trotskismo foi a atualização da política trotskista, baseada no binômio **defesa da URSS contra possíveis tentativas de contrarrevolução social / revolução política contra a burocracia**, a partir da sua extensão aos demais Estados operários deformados surgidos no pós-guerra. Após ser expulsa do SWP, a RT formou a Liga Espartaquista. É essa tradição, e as posições políticas da SL e da TBI (que consideramos ter representado a continuidade do espartaquismo após a degeneração burocrática da SL) que o Coletivo Lenin reivindicou até a vitória da tendência revisionista, que agora nega raivosamente essa mesma tradição. Como foi dito em nossa carta de ruptura com a TBI em agosto de 2010:

“Não abandonamos nosso programa revolucionário! Continuamos a defender o legado político da Liga Espartaquista e da Tendência Bolchevique Internacional até o momento de suas respectivas degenerações burocráticas. Não nos deixaremos desmoralizar por esta experiência! Não desenvolveremos falsas conclusões sobre a suposta impossibilidade de reconstruir uma Quarta Internacional revolucionária e menos ainda alteraremos nossa linha política, como a liderança burocrática da IBT certamente espera como forma de justificar nossa ruptura com tal organização. Apenas concluímos que a IBT já não pode mais contribuir com a reconstrução de um movimento revolucionário.”

Coletivo Lenin rompe relações com a Tendência Bolchevique Internacional, dezembro de 2010

O programa revisionista de Paulo Araújo

Não pretendemos aqui responder completamente a todo o revisionismo proposto pelo novo “líder” do

Coletivo Lenin degenerado. Em grande parte estivemos fazendo isso em discussões internas e em documentos fracionais (confira *Pela continuidade revolucionária*, de maio/junho de 2011 – principal documento da nossa tendência) e faremos isso futuramente na medida em que for necessário combater essa degeneração do que antes era uma organização que defendia princípios revolucionários, ainda que tendo muitas limitações práticas. Nosso objetivo aqui é simplesmente expor o conteúdo daquilo que combatemos dentro do Coletivo Lenin e que hoje é a base para as futuras posições do grupo. O nível de desvio dessas posições políticas em relação ao trotskismo, entretanto, é tão grande, que não será difícil para aqueles familiarizados com essa tradição política perceberem a gravidade dessas diferenças.

Podemos, assim, enumerar as características da tendência de Paulo Araújo, que hoje lidera o Coletivo Lenin, e que foram manifestadas antes e ao longo da luta fracional. Antes de termos preparado a versão final do presente documento, fomos acusados pelo Coletivo, numa postagem feita em seu blog (confira *Nota sobre o racha no Coletivo Lenin*, de 28 de junho), de termos rachado “sem motivo”, a não ser o nosso suposto “sectarismo” e “dogmatismo”, e sem termos nos pautado em posições reais da luta de classes. Os pontos a seguir, assim como a seção seguinte, mostram o que de fato motivou nosso rompimento. Além disso, estamos publicando o documento principal da tendência revisionista (confira *A Teoria da Decadência e a Crise da III e da IV Internacionais*, de março de 2011), e nos pontos que se seguem acrescentamos citações dos documentos através dos quais cada uma dessas posições foi expressa:

1. Renúncia à tradição do espartaquismo e à importância de sua história política de combate às capitulações dos pablistas. No lugar de tal tradição, Paulo defende a compreensão de que os pablistas representaram a melhor tradição política do trotskismo (e que seriam representantes autênticos do marxismo revolucionário) após o racha da Quarta Internacional:

“O SU [Secretariado Unificado da Quarta Internacional pablista], acho que em linhas gerais era revolucionário nas décadas de ‘50 e ‘60. Eles tinham uma análise correta da situação dos países imperialistas, naquela teoria do neocapitalismo, que é uma teoria que até hoje é fundamental (...).”
(Gênese do Centrismo – Documento de Discussão Interna, outubro de 2010)

“Teoria” essa, deve-se acrescentar, extremamente problemática e que o próprio SU veio a abandonar de forma silenciosa na década de 1970.

2. Tendência a substituir a política fundamentada em princípios marxistas por uma política pautada em combinações de ilusões em movimentos burgueses e

também na necessidade de se basear nas “possibilidades reais” (imediatas) como forma de responder aos eventos da luta de classes. Em outras palavras, de capitular ao “menos pior” da podridão burguesa quando não está colocada imediatamente a possibilidade de um levante revolucionário da classe operária. Isso fica claro nos exemplos das eleições presidenciais brasileiras e na questão líbia, que nós discutiremos na próxima seção.

3. Desprezo pelas tradições do leninismo em relação à forma de organização. Paulo explicitamente rejeita o centralismo democrático leninista na forma como o Coletivo Lenin o praticou até hoje. Para ele, qualquer discussão que “*não envolva riscos [físicos] para a organização*” pode ser feita publicamente. É a “liberdade de criticar” típica da socialdemocracia. Além disso, reivindica o entrismo “*sui generis*” feito pelos pablistas, e não vê problema em uma organização revolucionária permanecer indefinidamente dentro de partidos reformistas:

“Já o debate público e o direito às tendências são muito mais controversos. Nós achamos que o critério correto a seguir seria o mesmo do bolchevismo de 1902 e 1921 [contém falsificação factual], ou seja, o debate político entre as tendências e frações pode ser público, a menos que envolva riscos para a segurança física da organização.”

“Por isso, a política de “entrismo sui generis” dentro de organizações reformistas é perfeitamente válida, desde que o programa revolucionário não seja sacrificado para manter o entrismo. Na verdade, toda a polêmica contra o entrismo sui generis feita pelo Comitê Internacional, além de ser totalmente hipócrita [...] o entrismo feito pelos pablistas nunca significou liquidar a organização trotskista, e sim colocar uma parte dela dentro dos partidos reformistas), estava baseada na concepção de explosão iminente do reformismo, assim como os pablistas a baseavam na hipótese da Terceira Guerra Mundial.” (ênfase nossa)
(A Teoria da Decadência e a Crise da Terceira e Quarta Internacionais – Documento de Discussão Interna, 9 de março de 2011)

4. Abandono da teoria trotskista sobre os Estados operários degenerados e deformados, formulada por Trotsky para a URSS. Essa teoria foi posteriormente expandida pela Quarta Internacional para o Leste Europeu e atualizada pela RT para países como Cuba, que quebraram a dominação capitalista, mas cujas revoluções tiveram base camponesa e estabeleceram regimes burocráticos. Paulo formula uma absurda teorização experimental, sem nenhuma base empírica, segundo a qual, tanto a URSS (a partir dos anos 1930) quanto os Estados do Leste Europeu, China, Cuba, Coreia do Norte e Vietnã seriam “*Estados burgueses sem burguesia*”:

“O fato da Polônia [e dos demais Estados operários do Leste Europeu] ser um **estado burguês sem burguesia** não é algo simplesmente terminológico. Essa caracterização, que eu proponho para substituir a de ‘estados operários deformados’, tem graves consequências políticas (...)” (ênfase nossa) **(Polônia e Estados operários do Leste Europeu – Documento de Discussão Interna, 09 de dezembro de 2010)**

“As minhas dúvidas me levaram a reavaliar a restauração na Europa. Pois bem, os companheiros argumentam que aqueles estados eram operários. Aí vai meu argumento principal, e toda essa discussão será sobre esse argumento: **o exército da URSS, após derrotar o nazismo, restaurou estados burgueses em todo o Leste Europeu. Esses estados eram tão burgueses que eram governados pela burguesia, em Frentes Populares, e tinham as mesmas instituições burguesas normais (...)**” (ênfase nossa)

“A solução é clara: em 1938 foi destruído o estado soviético [a URSS] (baseado em soviets), e restabelecido um estado com todas as características de estado burguês – sendo que, por conquista da revolução, a burguesia tinha sido expropriada. Em 1991, foi somente uma contrarrevolução política, onde a burguesia volta a dominar o seu estado.” **(Polêmica Sobre os Estados – Documento de Discussão Interna, 25 de fevereiro de 2011)**

Uma argumentação contra esse tipo de teoria antimarxista pode ser encontrada no artigo *As revisões de teoria básica do LRP*, de abril de 2009.

5. Abandono das históricas posições práticas da TBI de defesa dos Estados operários degenerados ou deformados. Tais posições consistiram em combater os movimentos contra-revolucionários mesmo que em frente única (unidade de ação) com os setores da burocracia que resistiram à contrarrevolução, da mesma maneira como delineado por Trotsky no Programa de Transição:

“Se amanhã a tendência burguesa-fascista, isto é, ‘fração Butenko’, entra em luta pela conquista do poder, a ‘fração Reiss’ [de orientação trotskista] tomará, inevitavelmente, lugar no outro lado da barricada. Encontrando-se momentaneamente como aliada de Stálin, ela defenderá, é claro, não a camarilha bonapartista deste, mas as bases sociais da URSS, isto é, a propriedade arrancada dos capitalistas e estatizada. (...) Qualquer outro comportamento seria uma traição.”

“Assim, se não é possível negar, antecipadamente, a possibilidade, em casos estritamente determinados,

de uma frente única com a parte termidoriana da burocracia contra a ofensiva aberta da contra-revolução capitalista, a principal tarefa política na URSS continua sendo, apesar de tudo, A DERRUBADA DA PRÓPRIA BUROCRACIA TERMIDORIANA. O prolongamento de seu domínio abala, cada dia mais, os elementos socialistas da economia e aumenta as chances de restauração capitalista.”

L. Trosky, O Programa de Transição (1938)

Tal abandono se revela na negação, por parte da tendência revisionista, em tomar um lado no confronto entre a ala restauracionista contra-revolucionária de Ieltsin e da ala conservadora do “Bando dos Oito” na destruição da **União Soviética**, em agosto de 1991. Ela também se revela na exaltação do movimento restauracionista de massas na **Polônia**, o Solidariedade, defendendo a liderança do movimento contra o golpe da burocracia stalinista em 1981. Essa posição levou Paulo Araújo até a crença extravagante de que, como o Solidariedade tinha uma base de composição operária, ele não poderia ter restaurado o capitalismo na Polônia (como de fato o fez), se pudesse “ter se desenvolvido”. A seguir as conclusões de Paulo:

“Golpe de Agosto [de 1991 na União Soviética]: Será que não havia nenhuma corrente em que se pudesse apoiar para criar uma frente única contra Ieltsin? (...) De qualquer forma, entre o duplo derrotismo e o apoio militar ao Bando dos Oito não acho que existe uma traição, mas apenas dois possíveis posicionamentos.”

(A Fraude do Defensismo da TBI – Documento de Discussão Interna, 06 de outubro de 2010)

“(...) Pelo fato do Solidariedade ser a classe operária polonesa organizada (80% dos trabalhadores), é óbvio que a ilusão da base na restauração do capitalismo só podia ser isso mesmo - uma ilusão.”

“Os trabalhadores, pela sua própria condição de classe, se tivessem chance de se desenvolver politicamente através das lutas de classes, cedo ou tarde criariam uma ala anti-restauracionista (mesmo que minoritária e confusa) no movimento.” (ênfase nossa)

(Polônia e os Estados Operários do Leste Europeu – Documento de Discussão Interna, 09 de dezembro de 2010)

6. Compreensão de que Frentes Populares eleitorais (blocos entre partidos de base operária e setores burgueses, como a candidatura Dilma) podem ser utilizadas para **proteger** o proletariado contra as alas fascistas ou reacionárias da burguesia:

“Sim, em algumas situações votar na frente

ao mesmo tempo em que se mantém a ação direta contra a direita, é uma tática pra defender os trabalhadores contra o fascismo (...). Na França, em 36, os trabalhadores elegeram os socialistas contra a direita tradicional como forma de evitar a influência do fascismo europeu crescente no França através da direita eleita (...). Esses são alguns exemplos em que votar em Frente Popular é uma forma de ganhar tempo.” (ênfase nossa)

(E-mail interno de um membro da tendência de Paulo Araújo, 21 de junho de 2011)

Em uma das reuniões voltadas para a discussão dos temas em revisão por Paulo, um dos membros da tendência revisionista chegou ao ponto de defender que a tarefa dos revolucionários na Alemanha dos anos 1920/30 seria a de *criar* uma frente popular eleitoral com o objetivo de “atrasar” a chegada do Nazismo ao poder. Essa mesma política, entretanto, era um dos pilares do stalinismo que a Quarta Internacional tanto combateu.

7. Negação de que a razão dos fracassos das revoluções do século XX, assim como da atual situação de recuo da luta de classes, reside, sobretudo, na crise de liderança do proletariado, como delineado por Trotsky no documento de fundação da Quarta Internacional. Para Paulo, a causa do fracasso das revoluções do século XX reside no desenvolvimento *natural* do capitalismo, que teria tornado os trabalhadores “*adaptados ao sistema capitalista*”. Além disso, Paulo formula que a classe trabalhadora está “*perdendo a sua potencialidade revolucionária*” em razão do desenvolvimento “*decadente*” do capitalismo a partir da década de 1970:

“Se a concepção de crise de direção já tinha um problema na época da fundação da Quarta Internacional, porque poderia dar a entender que a ‘traição’ da direção da IC tinha sido abandonar os pressupostos (errados) da sua fundação, ela se tornou depois uma paródia de si mesma.”

“Por isso, não se trata mais de lutar contra uma direção reformista pela linha revolucionária.”

(A Teoria da Decadência e a Crise da Terceira e Quarta Internacionais – Documento de Discussão Interna, 09 de março de 2011)

“(…) eu nego sim que fosse possível revolução socialista depois da estabilização do pós II Guerra, até a década de 1970, nos países centrais [e logo, alcançar o socialismo a nível mundial] (...) por causa da melhora constante do nível de vida dos trabalhadores, que os deixava circunscritos ao reformismo.”

(E-mail interno de Paulo Araújo, 17 de junho de 2011)

“O importante a seguir é que a partir de 1975, quando o capitalismo esgota a sua expansão imperialista e começa a depender cada vez mais dos mercados artificiais, da financeirização da economia, e da diminuição cada vez maior da base industrial, isso gera uma crise que se reflete em 1973-75 e isso se reflete também num recuo da luta de classes porque diminui o peso objetivo do proletariado e isso vai levando a uma diminuição da potencialidade revolucionária da classe operária.” (ênfase nossa)

(Gênese do Centrismo – Documento de Discussão Interna, outubro de 2010)

“Estamos vivendo atualmente (desde a década de 1970) no período de crise estrutural do capitalismo. Ou seja, o sistema não tem mais para onde se expandir, e todos os lucros acumulados não podem mais ser aplicados na produção real. Isso leva a uma desindustrialização da economia, que destrói a própria base social principal da revolução, a classe operária. Além disso, toda a economia se baseia em mercados que ‘drenam’ os lucros para fora da produção (mercado financeiro, ‘setor de serviços’ etc).” (ênfase nossa)

(Socialismo ou cracolândia – 16 de dezembro de 2010)

Além de negar a possibilidade *objetiva* da revolução até os anos 1970, Paulo se utiliza ainda de outros artifícios para negar (ou ao menos aproximar do impossível) sua possibilidade *após* o suposto início da decadência estrutural do capitalismo. A esse artifício, Paulo chama “*deslocamento de contradições*”: o deslocamento dos lucros para o mercado financeiro, indústria bélica ou setor de serviços estaria destruindo as capacidades organizativas e a tomada de consciência por parte do proletariado.

Ao fator “*deslocamento de contradições*” ainda se somaria o recuo de consciência gerado pelo fim contrarrevolucionário da URSS no início dos anos 1990 (o que é completamente contraditório com a análise estrutural que Paulo faz dessa sociedade). Tudo isso combinado colocaria o proletariado mundial em um estado de “*crise de perspectiva*”, no qual este não mais enxergaria como viáveis mudanças sociais obtidas através da luta – e aí Paulo inclui até mesmo mudanças *reformistas* ou *democráticas*, negando assim os eventos da luta de classes que vêm ocorrendo desde o início do ano. Apesar de sempre termos reconhecido os efeitos destrutivos causados pelo fim da URSS, nunca delineamos tais conclusões impressionistas de Paulo. Inclusive, em artigo relativamente recente, discutimos a reorganização do proletariado e os indícios de superação do refluxo sofrido pelo movimento operário (confira *O novo período que se abre na conjuntura internacional*, de janeiro de 2011).

Essa análise, que varre qualquer possibilidade de revolução mundial, é a base teórica para as posições de Paulo Araújo sobre frentes populares, seu apoio à oposição burguesa na Líbia (que discutiremos a seguir) e o indicativo, expresso em seu documento principal, de que este pretende secundarizar o papel das reivindicações transitórias frente às reivindicações democráticas, como medida necessária para se disputar a consciência dos trabalhadores no período após a destruição da União Soviética. Suas posições chegam (via outros caminhos) a conclusões políticas pessimistas semelhantes às da degenerada Liga Espartaquista (confira *A Liga Espartaquista apóia as tropas imperialistas no Haiti!*, de 15 de fevereiro de 2010):

“(...) o movimento operário, depois da Segunda Guerra, e muito mais depois da destruição da União Soviética (que [...] descreditou para as massas a própria noção de socialismo, para não dizer a Revolução Russa) não tem mais como objetivo a luta pelo socialismo.”

(A Teoria da Decadência e a Crise da Terceira e Quarta Internacionais – Documento de Discussão Interna, 9 de março de 2011)

Tais posições enumeradas, que com a necessária saída da nossa tendência serão facilmente assimiladas pelo Coletivo Lenin, não apenas modificam inteiramente a natureza programática do grupo. Elas também o colocam à direita de muitas das organizações pseudo-trotskistas adversárias que costumávamos combater no movimento. Nós, que havíamos sido recrutados pelo Coletivo Lenin para fora do PSTU (confira nossa carta de ruptura com tal partido, *As ações do PSTU em comparação às tarefas da IV Internacional*, de agosto de 2009) conscientes das posições políticas que estávamos adotando, vimos com frustração que, apesar de nossa luta, a organização que ajudamos a construir estava se transformando em algo muito semelhante ao “pântano” de grupos oportunistas na esquerda.

Dois sintomas do revisionismo

Como já citamos, em sua nota de 28 de junho, o Coletivo Lenin diz que nosso racha foi “*sem motivo político com os fatos internacionais e nacionais recentes*”. Esta seção pretende mostrar as divergências irreconciliáveis em duas situações (uma nacional e outra internacional) bastante recentes. A primeira pode ser considerada o ponto de partida para a formação da nossa tendência. Ela foi a primeira vez em que o revisionismo de Paulo Araújo se manifestou de maneira clara – a tentativa de fazer com que o Coletivo Lenin chamasse voto em Dilma no segundo turno das eleições brasileiras de 2010. Além disso, já à época, os documentos de Paulo revelavam crença de que a frente popular do PT com a burguesia “mobilizaria” a classe trabalhadora:

“Mesmo uma vitória da candidatura Dilma obrigará

o PT a mobilizar mais os movimentos sociais ainda que seja para se manter no governo. Seja qual for o resultado, o PSDB sairá fortalecido dessas eleições e, caso seja derrotado, terá fôlego para fazer uma oposição ainda mais raivosa, o que obriga o PT a dialogar mais com os movimentos sociais e o empurra para isso [...]” (ênfase nossa)

(Por uma Tendência Combativa – Documento de Discussão Interna, outubro de 2010)

“Não ver que o PT mobilizou sua base (...) é não entender como funciona uma frente popular.”

“Se isso é um ‘apoio crítico’, seria motivado porque o bloco burguês da frente popular mantém um mínimo de liberdades democráticas ou autonomia diante da direita. Por isso, a palavra de ordem do PCB ‘Votar contra Serra e preparar a oposição a Lula’ cairia bem para essa função.” (ênfase nossa)

(Sobre o Voto Crítico nas Frentes Populares – Documento de Discussão Interna, 20 de março de 2011)

Tal posição ainda se “justificava” devido à projeção absurda sobre a “iminência” de um golpe institucional por parte da direita reacionária. Isso é absolutamente oposto ao que o Coletivo Lenin defendia até então. O grupo sempre foi contra qualquer apoio eleitoral a blocos de setores do movimento operário com setores da burguesia. Essa é uma condição básica na luta pela independência de classe trabalhadora, que é central para os revolucionários. No programa político da organização, que nós reivindicamos, e que o próprio Coletivo abandonou na prática, está escrito que:

“Ofrente-populismo (ouseja, um bloco programático, normalmente pelo poder governamental, entre organizações de trabalhadores e representantes da burguesia) é traição de classe. Os revolucionários não podem dar nenhum apoio, nem mesmo ‘crítico’, a participantes de frentes populares, como as formadas pelo PT desde 1989.”

Programa Político do Coletivo Lenin, janeiro de 2009

Isso deixa clara a gravidade das diferenças internas. Os membros de nossa tendência (que então estava em fase embrionária) dedicaram três documentos internos sobre esse tema. O mesmo nem sequer é mencionado na declaração publicada pelo Coletivo Lenin. Esse posicionamento pelo voto em Dilma chegou a obter maioria dentro da organização em determinado momento. Essa posição traidora, que cruzaria a linha de classe, só não se tornou pública devido à pressão que alguns dos futuros membros de nossa tendência fizeram, para que fosse mantida a linha original pelo voto nulo e que tal posição fosse discutida apenas após as eleições.

Posteriormente, Paulo Araújo declarou que sua posição nas eleições havia sido desnecessária, já que a vitória de Dilma não estaria ameaçada pela direita reacionária. Mas continuou reivindicando a “tática” de votar em frentes populares contra alas reacionárias ou fascistas da burguesia. Como já apontamos, essa “tática”, que passa por cima da independência de classe e coloca os trabalhadores em segundo plano no combate à reação burguesa em favor das alas “progressivas” da burguesia, foi a mesma adotada pelo stalinismo na década de 1930. Hoje, a organização da qual fazíamos parte faria mais sentido se fosse chamada de *Coletivo Dimitrov* – nome do capanga de Stalin que formulou a política das frentes populares.

Outra diferença considerável diz respeito a qual posição tomar na recente guerra civil deflagrada na Líbia, antes da intervenção imperialista. Após esta intervenção, obviamente consideramos que a tarefa imediata seria de criar uma frente única militar com as forças do governo de Kadafi (sem deixar de criticar seu conteúdo burguês), contra o imperialismo. Desde antes da intervenção, porém, acreditamos que os revolucionários não deveriam apoiar a tomada de várias cidades pela oposição burguesa (o Conselho Nacional de Transição). Para nós, esse era um confronto entre alas equivalentes da burguesia nacional líbia, onde o proletariado nada tinha a ganhar.

Apesar das enormes ilusões das massas com a capacidade deste Conselho em lhes dar democracia, o CNT era composto por líderes tribais fundamentalistas, setores a favor da monarquia e membros desertores do alto escalão da ditadura de Kadafi. Sua incapacidade de garantir democracia estava evidente em sua composição, seu programa de conciliação com o imperialismo e sua trajetória de chamados por uma intervenção militar da OTAN. Assim, não apoiamos a tomada de poder de quase metade do país, inclusive a estrategicamente importante cidade de Bengasi, pelo Conselho. Isso não pode ser confundido com a necessidade de intervir em todos os espaços onde fosse possível para quebrar as ilusões das massas com este Conselho, que se aproveitou do ódio nutrido pela ditadura que há 40 anos dominava o país para arrebanhar setores dos trabalhadores para defender um programa igualmente subserviente ao imperialismo.

Para os revolucionários, somente a classe trabalhadora pode ser conseqüente na luta por direitos democráticos. Estes direitos são fundamentais para que o proletariado se organize para lutar por sua emancipação. Mas isso não é o mesmo que apoiar um setor da burguesia que “promete democracia” quando toma o poder. Paulo Araújo demonstrou não apenas disposição a apoiar o Conselho Nacional nessa empreitada, como também revelou suas ilusões de que o CNT de fato levaria democracia às massas líbias. Semanas depois dessas suas declarações, os “justos democratas” do CNT estavam lado a lado com a OTAN, esmagando a população do país. Esses trechos produzidos por Paulo contra um membro de nossa tendência deixam

isso claro:

“Claro que fazemos frente única com setores burgueses para derrubar um governo! (...) O que os trabalhadores teriam a ganhar com o CNT? Ora, a democracia burguesa! Essa é a verdadeira polêmica. O [nome do companheiro] subestima a reivindicação democrática e as formas democráticas mantidas pelo CNT.”

(E-mail interno de Paulo Araújo, 09 de abril de 2011)

Tais posições deixaram claro para nós que o revisionismo de nosso membro veterano era mais do que uma “análise teórica” e que tinha pretensões extremamente nocivas para a política do Coletivo Lenin. Qualquer afirmação de que nosso racha foi despropositado não passa de retórica dos revisionistas. Temos confiança de que os ativistas próximos e simpatizantes do Coletivo Lenin saberão reconhecer esta degeneração e verão em nossa tendência a continuidade da política revolucionária que tal organização defendia.

Seguindo a própria lógica “anti-sectária” de Paulo Araújo e seus apoiadores, expressa na nota do Coletivo sobre nossa ruptura, segundo a qual tudo o que expomos aqui não é suficiente para separar política e organizativamente nossas duas tendências, o próprio Coletivo Lenin não deveria existir. Se diferenças programáticas profundas e antagônicas não devem manter tendências separadas, então o Coletivo deveria ter como principal objetivo unificar a maior parte das organizações de esquerda em um só “partidão”, degenerado e incapaz de liderar a classe trabalhadora para uma revolução, diga-se de passagem.

Desonestidade e desinteresse

Mesmo após estas posições (das quais a última se tornou a linha pública) e a aceitação passiva delas pelos demais militantes do Coletivo Lenin, mantivemos nossa luta interna para convencer os demais camaradas a se oporem ao revisionismo de Paulo. Foram ações de falta de democracia e desonestidade organizativa que fizeram com que desistíssemos de disputar os camaradas do Coletivo por dentro. Uma dessas sérias desonestidades foi a postagem de uma linha inteiramente nova sobre a questão Líbia, realizada por parte de Paulo Araújo sem consultar o grupo, fazendo caracterizações absurdas sobre esse processo político. Dentre outras coisas, a linha nos valeu uma crítica muito merecida na imprensa de esquerda. O próprio Coletivo Lenin comentou sobre isso posteriormente, embora muitos dos seus membros tenham considerado este um erro “ingênuo” de um militante veterano:

“Dessa forma temos que fazer autocrítica da posição anterior (...), que foi postada por um militante e continha duas caracterizações não aprovadas pelo Coletivo Lenin: caracterizava o CNT como uma Frente Popular e dizia que havia um processo

revolucionário na Líbia.” (ênfase nossa)
(Declaração da Direção do CL sobre a Líbia, 15 de abril de 2011)

Com o acirramento das polêmicas, a desonestidade chegou a graus incríveis. Poucos dias antes da reunião derradeira em que se deu o racha, nossa tendência foi abordada por um conhecido ativista do movimento sem-teto do Rio de Janeiro, adversário político do Coletivo Lenin, que nos falou casualmente sobre o racha, demonstrando estar à par de inúmeras informações que deveriam ser de conhecimento somente interno. Sem dúvida alguma esse ativista, o qual pouco tempo antes o Coletivo Lenin havia combatido por homofobia (confira *A luta contra a homofobia dentro e fora da FIST*, de 11 de junho de 2011) foi informado da possibilidade do racha por um membro da tendência revisionista que realiza trabalho político no setor. Isso obviamente foi com o objetivo de começar desde aquele momento a desmoralizar os militantes de nossa tendência. Quando confrontados com essa desonestidade imensa, os membros da tendência revisionista tiveram a cara-de-pau de dizer que o referido adversário só sabia disso porque talvez tivesse “*ouvido por trás da porta*” durante alguma discussão interna realizada na sede da organização sem-teto na qual o mesmo atua.

Outra situação que fez acelerar nosso rompimento envolveu a recente greve e motim dos bombeiros militares no Rio de Janeiro. Um panfleto havia sido preparado para ser distribuído no acampamento-vigília dos bombeiros no Rio de Janeiro, após a prisão de 439 membros dessa corporação. Esse texto não chegou a ser usado nessa ocasião devido à proibição que os líderes do movimento dos bombeiros impuseram a “qualquer material criticando a Polícia Militar”. Diante disso, nossa tendência pediu para que a linha do Coletivo Lenin fosse discutida e revista e que, portanto, o material não fosse publicado no blog do grupo. Esse pedido fazia sentido já que o panfleto **não havia sido discutido em nenhum organismo** do Coletivo. Entretanto, ignorando o direito de nossa tendência a questionar uma posição, a tendência revisionista, passando por cima da própria Direção Executiva (dentro da qual nossa tendência tinha maioria) postou o panfleto que nem sequer critica a liderança pró-polícia dos bombeiros e diz, contra a realidade, que “os Bombeiros não cumprem nenhum papel repressivo na sociedade, pelo contrário, o papel deles sim é ajudar e socorrer.”

Por fim, somado a tais atos de desonestidade e deslealdade, fomos confrontados ainda com o enorme e crescente desinteresse dos camaradas que estavam fora da tendência revisionista em prosseguir as discussões, tornando insustentável nossa permanência no Coletivo Lenin. Antes que chegássemos sequer a um terço do calendário de discussões que havíamos marcado coletivamente, alguns camaradas começaram a nos considerar um empecilho para que o Coletivo Lenin retornasse ao seu ritmo normal de atividades. Prezando para que houvesse debate e discussão extensa, nós sem dúvida éramos os “causadores

de problemas” que impediam alguns militantes, despreocupados com o tipo de programa que defenderiam, a retornar à rotina habitual do movimento. Para nós, reduzir momentaneamente o ritmo das atividades públicas era um preço pequeno a pagar em troca da oportunidade de lutar por clareza programática e combater o revisionismo.

Conclusão

Nós reivindicamos o legado do Coletivo Lenin até o fim de 2010 como nosso. Ele foi uma tentativa genuína e honesta (ainda que com falhas) de construir um grupo no Brasil que representasse a análise histórica e a tradição da Tendência Revolucionária do SWP e do espartaquismo. Devido à indiferença da TBI quanto à possibilidade de desenvolver este grupo, ele não conseguiu se construir suficientemente e acabou caindo como vítima do revisionismo de um dos seus fundadores, já completamente desmoralizado quanto às possibilidades de construir um partido revolucionário com base nessa tradição, o que o Coletivo Lenin colocava como sua principal tarefa.

Hoje o Coletivo Lenin não é superior a nenhum dos outros grupos centristas do movimento. De fato, ele caminha a passos largos para abandonar qualquer semelhança, mesmo aparente, com uma organização marxista revolucionária e se tornar apenas mais um seguidor reformista dos grandes peixes oportunistas. Seus membros estão unidos não por um programa bem definido, mas pelo pacto de “manter a unidade” (não importa com qual programa) e “negociar” os princípios políticos para aceitar qualquer nova “formulação teórica” que surja na cabeça de seu novo “líder” a qualquer momento. Se mantida e fortalecida, a longo prazo, essa condição degenerada fará do Coletivo Lenin nada menos do que um verdadeiro santuário de adoração às “teorias” de Paulo Araújo.

Sam Trachtenberg, que organiza desde 2008 o projeto de organização Reagrupamento Revolucionário e com quem o Coletivo Lenin tinha reações fraternais, esteve do nosso lado ao longo da luta fracional. Ele rompeu junto com nossa tendência e agora nos dedicaremos a construir o **Reagrupamento Revolucionário**, cujo objetivo será **resgatar e desenvolver** o programa original do Coletivo Lenin (que agora o grupo repudia em favor de um oportunismo descarado) – o programa do trotskismo, o marxismo revolucionário da nossa época, desenvolvido pelos quatro primeiros Congressos da Internacional Comunista, pela Oposição de Esquerda e posteriormente pela Quarta Internacional. Expresso ainda nos avanços obtidos por aqueles que resistiram e combateram o revisionismo que, no pós-guerra, veio a destruir o movimento revolucionário fundado por Leon Trotsky. E assim como nossos predecessores programáticos, continuaremos firmes na luta pela reconstrução da Quarta Internacional através do reagrupamento de forças revolucionárias!

“Baseados em uma larga experiência histórica, podemos escrever como lei que os quadros

revolucionários que se rebelam contra o seu meio social e organizam partidos para fazer a revolução podem, se a revolução demorar demais – se degenerar eles mesmos sob a constante influência e as pressões deste meio (...). Mas a mesma experiência histórica mostra que também há exceções a esta lei. A exceções são os marxistas que continuam a ser marxistas, os revolucionários fiéis à sua bandeira. As idéias básicas do marxismo, a única forma de criar um partido revolucionário, estão em aplicação contínua e têm estado assim há cem anos. As idéias do marxismo, que criam partidos revolucionários, são mais fortes que os partidos que criam, e nunca deixam de sobreviver à sua queda. Nunca deixam de encontrar representantes nas velhas organizações que dirigirão o trabalho da reconstrução.”

“Estes são os continuadores da tradição, os defensores da doutrina ortodoxa. A tarefa dos revolucionários não corrompidos, obrigados pelas circunstâncias a começar o trabalho de reconstrução das organizações, nunca foi proclamar uma nova revelação – nunca faltaram tais Messias, e todos se perderam na confusão – e sim reinstalar o programa antigo e atualizá-lo.”

James P. Cannon, “Os Primeiros Dez Anos do Comunismo Americano”

Assinam:

Leandro Torres

Rodolfo Kaleb



Declaração

Coletivo Lenin rompe relações com a Tendência Bolchevique Internacional (IBT)

Dezembro de 2010

Através da presente declaração, o Coletivo Lenin rompe publicamente relações com a Tendência Bolchevique Internacional (IBT) e estabelece relações fraternais com o Reagrupamento Revolucionário, uma racha da IBT de 2008.

I – As origens de nosso contato com a IBT

O Coletivo Comunista Internacionalista (CCI – precursor do Coletivo Lenin) foi fundado em outubro de 2006, no Rio de Janeiro. Éramos um grupo trotskista de alguns poucos militantes, que tinham certeza de uma coisa: não poderíamos nos limitar a ser uma organização nacional. Para nós trotskistas, é necessário que uma organização revolucionária pertença a um partido internacional, ou lute para construir um. Assim, realizamos uma séria pesquisa com o objetivo de estudar as diferentes correntes políticas que reivindicavam o legado do trotskismo. Analisamos 27 organizações originadas da Quarta Internacional, estudando seus documentos disponíveis na internet e também nos reunindo com aquelas que possuíam seções no Brasil. Buscávamos integrar uma organização cuja linha política fosse a mais próxima da nossa. Naquela época, nossos três critérios principais eram:

1. Que a corrente considerasse a destruição da União Soviética e demais Estados operários deformados do Leste Europeu como derrotas contrarrevolucionárias. Consequentemente, seria necessário que ela defendesse a participação temporária em frentes militares com as frações da burocracia stalinista que se opusessem à restauração do capitalismo, em todo lugar em que estas demonstrassem resistência.

2. Que a corrente reconhecesse a importância estratégica para o sucesso de uma revolução socialista de se combater todas as formas de opressões específicas (tais como machismo, racismo e homofobia). Que a corrente, portanto, priorizasse o recrutamento de trabalhadores vítimas de tais opressões, que sob o sistema capitalista costumam integrar as camadas mais exploradas da classe trabalhadora.

3. Que a corrente rejeitasse a noção de que as forças produtivas haviam cessado de se desenvolver sob a época imperialista, uma vez que apenas através de tal rejeição é possível se estabelecer uma análise coerente do capitalismo contemporâneo.

Descobrimos que as correntes cuja origem se remetia à Liga Espartaquista dos EUA (SL) eram as que mais se aproximavam de tais critérios. Elas eram a própria Liga Espartaquista (e seus colaboradores internacionais da Liga Comunista Internacional – LCI) e dois de seus rachas – a Tendência Bolchevique Internacional (IBT) e o Grupo Internacionalista (IG). Ao analisarmos seus documentos, suas diferenças políticas pareceram pequenas, porém estes também apresentavam uma série de questões completamente novas para nós.

Vimos que a SL havia assumido uma série de posições estranhas a partir de fins dos anos 1970. Em 1979, paralelamente à posição correta de defender a aliança tática com o Exército Vermelho contra os fundamentalistas islâmicos apoiados pela CIA, eles também levantaram a palavra de ordem acrítica de “Viva o Exército Vermelho no Afeganistão!”, quando da ocupação do país. Outras adaptações pró-stalinistas muito semelhantes se seguiram a essa, com a organização de uma coluna em um ato nomeada “Brigada Yuri Andropov”, em homenagem ao líder da URSS na época e a resposta às críticas com a publicação de um poema em sua homenagem na primeira página de seu jornal, quando da morte do burocrata. Também ocorreram adaptações ao chauvinismo nacionalista norte-americano, como a negação, em 1983, em defender uma aliança tática com forças militares libanesas que então tentavam expulsar fuzileiros norte-americanos (“Marines”) que ocupavam seu país. Quando, durante o conflito, uma bomba explodiu

em um quartel dos fuzileiros, a SL levantou a palavra de ordem de “Marines fora do Líbano, já e vivos!”. As críticas a essas posições foram primeiramente levantadas pela IBT. Já uma crítica levantada por ambos os rachas dizia respeito à degeneração organizativa da SL, que havia se consolidado no início dos anos 1980. A SL havia se transformado em uma organização com uma vida interna engessada; a liderança estava nas mãos de uma camarilha burocrática que havia suprimido as críticas internas e sufocado debates através de ameaças, intimidação e repressão. Através de tais métodos, todos aqueles militantes críticos foram forçados a se retirar ou mesmo expulsos.

Esses problemas nos fizeram descartar logo cedo a possibilidade de discussão com a SL, e nos aproximamos do IG e da IBT. Nessa altura, havíamos estabelecido relações com ambos os grupos com a intenção de estudar a degeneração da Liga Espartaquista, com cujas posições originais possuímos grande proximidade e acreditávamos (como continuamos a acreditar), fornecem uma importante contribuição programática para a refundação de uma Quarta Internacional revolucionária.

Travamos discussões através de reuniões pessoais e chats online com Bill Logan e alguns outros membros da IBT, assim como participamos de reuniões pessoais com a Liga Quarta-Internacionalista do Brasil (LQB), os camaradas brasileiros do IG, seção da Liga Pela Quarta Internacional. Também participamos de algumas reuniões pessoais com o principal líder internacional do IG, Jan Norden. Após algum tempo, concluímos que as análises da IBT à cerca da degeneração da SL eram mais coerentes que aquelas do IG. Por exemplo, a IBT argumenta que a dissolução deliberada do trabalho sindical da SL no início dos anos '80 era uma prova de que a liderança de tal organização estava mais preocupada em manter um rígido controle sobre seus membros do que em estabelecer uma sólida base na classe trabalhadora. O IG, por outro lado, argumenta que a degeneração da SL se consolidou apenas quando eles foram expulsos, em 1996. Os métodos organizativos através dos quais diversos dos futuros integrantes da IBT foram expulsos ou forçados a sair em fins dos anos 1970 e início dos 1980, são ignorados, negados ou defendidos em suas análises. Além disso, o IG também defende todas as posições da SL assumidas antes de sua expulsão (incluindo as posições quanto ao Afeganistão, a Yuri Andropov e ao Líbano).

Uma questão que o IG tentou levantar contra a IBT foi o escândalo envolvendo Bill Logan. Logan (que fora um proeminente dirigente dos espartaquistas na Nova Zelândia e Austrália durante os anos 1970) foi expulso da tendência Espartaquista internacional sob alegação de que este fosse um “psicopata sexual”, que suprimiu seus críticos internos e manipulou psicologicamente seus militantes de base. Nós estávamos cientes de que Logan, assim como diversos outros dirigentes espartaquistas, era culpado de abusos burocráticos e crimes organizacionais. Porém, também sabíamos que o IG estava explorando o escândalo que o envolvia com o objetivo de se esquivar de responder as críticas da IBT às suas posições. Infelizmente, à época acreditamos nas palavras da IBT de que esta não havia herdado nenhum dos métodos organizativos burocráticos da SL e que Logan pessoalmente havia mudado profundamente sua postura.

Como resultado da visita de Bill Logan ao Brasil, em outubro de 2007, nos decidimos por uma perspectiva de fusão com a IBT. Acreditávamos que nossas poucas diferenças e questões pendentes eram insuficientes para que continuássemos a ser dois grupos distintos por muito

tempo. Esperávamos que, com o tempo, muitas dessas diferenças se resolveriam a partir de discussões e que estávamos dispostos a coexistir em um grupo comum enquanto camaradas disciplinados. O que se seguiu ao inteiro período posterior, entretanto, foi a frustração consciente de nossas tentativas de discussão com a liderança da IBT, cujas táticas de adiamento para discutir as nossas diferenças e ultimatoss eram voltadas para nos desgastar e desmoralizar em completa submissão como o preço para a fusão. Começou a se tornar claro que a liderança da IBT não estava buscando *fusões* políticas com militantes que, mesmo compartilhando suas análises, possuíam diferenças políticas e táticas secundárias a serem internamente debatidas, mas sim buscando nos transformar em um grupo dócil e flexível, capaz de ser organizacionalmente *absorvido* por uma organização na qual seu controle absoluto estaria totalmente garantido de possíveis disputas.

Nossas relações com a IBT podem ser, em muitos sentidos, comparadas com aquelas travadas entre a jovem SL e o Comitê Internacional de Gerry Healy durante os anos 1960. Healy, de forma semelhante, fingiu interesse em uma fusão leal, enquanto na verdade se engajava em uma variedade de táticas inescrupulosas criadas para quebrar psicologicamente um grupo de jovens revolucionários. Assim como em nosso caso, junto a um acordo político substancial, os Espartaquistas também possuíam suas próprias apreciações de diferentes questões, e expressaram capacidade de se levantar e questionar a autoridade de Healy. Seguindo-se à ruptura de relações ocorrida em 1966, os Espartaquistas comentaram:

“A razão para o comportamento da SLL [organização de Healy] para com a delegação da SL não é difícil de se descobrir. Vocês obviamente desejam criar um movimento trotskista nos EUA que seja completamente subserviente à direção da SLL... Vocês não estavam interessados em criar um movimento unificado nas bases do centralismo democrático e com seções fortes, capazes de realizar contribuições teóricas ao movimento como um todo e de aplicar a teoria marxista de forma criativa às suas próprias arenas nacionais. Vocês queriam uma internacional à maneira do Comintern de Stalin, permeado de servilismo de um lado e autoritarismo de outro.”

http://www.regroupment.org/main/page_healy_reconstructs.html

II – Três anos de enrolação e estagnação

Decidimos por terminar nossas relações com o IG em janeiro de 2008. Em nossa última discussão com eles, nos chocamos ao ouvir do próprio Jan Norden que o IG/LFI não só defendeu as adaptações da SL ao stalinismo e sua incapacidade de levantar um programa revolucionário quando da queda do bloco Soviético, como também intencionava repetir seu comportamento político caso a oportunidade surgisse no futuro. Também percebemos a natureza burocratizada de sua organização internacional, a Liga Pela Quarta Internacional. O IG, localizado nos EUA, é a liderança responsável por formular toda a política da organização, enquanto a seção brasileira, bem como as demais, se resume em aplicá-la. Isto é incompatível com nossa concepção de centralismo democrático leninista. Assim, nosso contato com a LQB e o IG de Jan Norden reforçou nossa decisão em buscar uma fusão com a IBT.

No curso de nossas relações com a IBT, fomos capazes de identificar e corrigir muitas de nossas falhas

políticas e organizativas. Através da leitura de seus materiais, fomos capazes de estabelecer uma compreensão mais precisa da natureza da tática de frente única (vide nosso documento *Leninismo, Frentes Únicas e Blocos de Propaganda*, disponível em nosso site), desenvolver análises mais coerentes dos acontecimentos políticos no Brasil, e aprender a aplicar o Programa de Transição em nossa atividade política diária. Estudando a história do movimento trotskista expandimos nossa apreciação do significado histórico da SL em seus primórdios, que buscou reerguer o programa trotskista após a destruição política da Quarta Internacional e do Partido Socialista dos Trabalhadores norte-americano (SWP), causada pelo revisionismo pablista. Começamos a entender a natureza da perspectiva de propaganda para uma pequena organização revolucionária com nosso tamanho, que, além de engajar em trabalhos de massas exemplares, deve inicialmente crescer focando disputar a vanguarda politicamente consciente, a partir de nossas concepções programáticas e através da elaboração de polêmicas com outras correntes supostamente revolucionárias. O grosso de nossa direção política e teórica desde o início de 2008 tem sido informalmente baseado nas perspectivas e materiais históricos da IBT, nos fazendo acreditar que estávamos metodológica e programaticamente muito próximos.

Ao mesmo tempo, entretanto, também possuíamos nossa própria e única compreensão teórica de certas questões que sobre as quais potencialmente diferíamos da IBT. Tentamos discuti-la com eles uma vez que (conforme achávamos) estávamos realizando progresso em direção a se tornar sua seção brasileira. Nossas diferenças eram (e são) as seguintes:

1. Defendemos a teoria da acumulação do capital de Rosa Luxemburgo, com sua conclusão de que o capitalismo está levando a sociedade à barbárie. Essa posição, entretanto, nunca nos levou a nenhum tipo de discordância prática, mas simplesmente chamava a atenção para que discutíssemos o entendimento leninista do imperialismo.

2. Reivindicamos as teorias do marxista brasileiro Ruy Mauro Marini. Encaramos países como Brasil, Índia, Israel, Rússia e África do Sul enquanto subimperialistas, ao invés de semicolônias dominadas. Nesses países, a fusão do capital nacional com o estrangeiro estabeleceu uma base para a exploração e o controle de outros países dentro de seus raios regionais de influência. Esse é o caso do Brasil em relação aos demais países da América do Sul, por exemplo. Assim, no caso hipotético de uma guerra entre o Brasil e a Bolívia, emblocaríamos militarmente com esta contra seu opressor regional, por entendermos que uma vitória brasileira elevaria consideravelmente o nível de exploração dos trabalhadores bolivianos. Também reconhecemos que países subimperialistas são, ao mesmo tempo, países dependentes e, assim, baseados no mesmo motivo, os defenderíamos de ataques imperialistas. Não negamos, entretanto que qualquer liberdade real em relação à opressão imperialista, seja para as semicolônias, seja para os países subimperialistas como o Brasil, só pode ser atingida através de uma revolução socialista.

3. Assim como a maioria das organizações latinoamericanas, porém diferentemente da IBT e outros pequenos grupos de propaganda baseados

em países economicamente mais desenvolvidos, aceitamos em nossas fileiras camaradas que possuem crenças religiosas. Como a entrada para a organização pressupõe acordo com suas posições políticas (incluindo a defesa da ciência, a separação entre igrejas e o Estado, a defesa dos direitos democráticos das mulheres, GLBTTs, e outras questões similares), relevamos possíveis contradições pessoais entre a teoria marxista e aspectos da crença religiosa, desde que o militante respeite a disciplina da organização. Enquanto marxistas, somos materialistas e defensores da ciência, reconhecemos o papel histórico que religiões organizadas cumprem em servir aos interesses das classes dominantes e lutamos para educar todos os nossos militantes nesse sentido.

4. Apesar de defendermos que o Estado chinês permanece sendo um Estado operário deformado, também reconhecemos que largas porções da economia chinesa têm sido privatizadas através do aval de seus dirigentes stalinistas. Tais medidas prejudicaram consideravelmente e colocaram em cheque o caráter (burocraticamente) planejado de sua economia. Acreditamos que tais medidas impulsionadas pelos governantes burocratas criam largas aberturas e possibilitam a vitória de uma contrarrevolução capitalista. Também enxergamos fortes paralelos com o período da NEP, na União Soviética, durante os anos 1920. Lá, a combinação de uma pouco desenvolvida economia planejada, com a reintrodução temporária de formas capitalistas de produção, colocou em risco a natureza do modelo econômico dominante, porém, similarmente, não foi decisivo em determinar o caráter de classe do Estado.

5. Acreditávamos que a IBT possuía um foco extremamente exagerado em continuar a explorar suas diferenças históricas com a SL, em detrimento daquilo que deve ser a principal tarefa de um grupo de propaganda trotskista, ou seja, buscar engajar aqueles grupos mais dinâmicos que estão dando um giro à esquerda ou possuem uma ativa vida interna, principalmente entre seus militantes de base, no que diz respeito a discussões, polêmicas, etc. Apesar de reconhecermos a importância histórica da Liga Espartaquista em seus primórdios, bem como a importância de educar nossos camaradas sobre seus feitos e formulações, a realidade é que a Liga Espartaquista de hoje em dia, assim como seus companheiros da Liga Comunista Internacional, tem sido já há muitos anos uma organização estagnada, que vem diminuindo em tamanho e que, além de estar se encaminhando cada vez mais para a direita, possui uma base militante extremamente despolitizada. Provavelmente baseados no mesmo motivo pelos quais busca continuar a perseguir suas diferenças históricas com a SL, a liderança da IBT planejava que mantivéssemos nosso foco em perseguir polêmicas com os seguidores de Jan Norden que, ao menos no Brasil, também visivelmente diminuíram e envelheceram ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, nos pareceu que a IBT possui pouquíssimo interesse em buscar polemizar com grupos mais dinâmicos e cujos militantes podem de fato cumprir algum papel na luta pela refundação de um movimento

revolucionário. Em um primeiro momento, vimos isso enquanto uma diferença tática, provavelmente derivada do fato da liderança da IBT se encontrar presa em um momento político há muito ultrapassado, mas não tínhamos ainda compreendido plenamente as razões para tal passividade e rotineirismo.

A liderança da IBT continuou se esquivando de discutir tais questões conosco de maneira formal, através de documentos escritos e etc., pelos dois anos seguintes. Eles apenas deram um mínimo de atenção às mesmas em discussões online, misturadas com outros tópicos (e apenas devido a muita insistência de nossa parte). Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, eles levantavam a necessidade de clarificação política como condição para uma fusão. Acreditávamos que essas diferenças táticas e teóricas não deveriam representar uma barreira para a unificação, uma vez que elas se apagavam consideravelmente frente às nossas áreas de importante concordância.

Quanto à teoria da acumulação de Rosa Luxemburgo e ao conceito de subimperialismo de Marini, a liderança da IBT demonstrou total falta de interesse em entender nossas formulações teóricas. Tentamos resumir nossa visão sobre essas teorias complexas e indicamos a eles textos para um estudo aprofundado, mas estes não fizeram nenhum esforço para viabilizar uma discussão séria. Quanto às questões táticas envolvendo o foco desmedido na SL e no IG e quanto à nossa visão sobre a China, a IBT reconheceu que, em princípio, elas não deveriam impedir uma fusão, ao mesmo tempo em que tomaram a “resolução” dessas questões enquanto uma condição para que avançássemos em nossas relações. Quanto à questão de nossos membros religiosos, a IBT aparentou uma considerável falta de clareza, uma vez em que eles nunca defenderam a exclusão de membros religiosos enquanto um princípio, porém utilizaram tal questão enquanto uma barreira para que progredíssemos. Eles demonstraram total desinteresse em estudar a experiência de uma cultura política diferente na América Latina, onde membros de organizações autoaclamadas revolucionárias têm sido historicamente permitidos a possuir crenças religiosas.

É importante reiterar que, durante todo esse período, estávamos dispostos a aceitar integrar as fileiras da IBT enquanto uma minoria disciplinada no que diz respeito a essas questões, uma vez que aparentávamos ter atingido um acordo substancial naquelas questões essenciais. Ao demandar a resolução prévia dessas questões, ao mesmo tempo em que barrava a concretização de tal resolução através da enrolação durante anos no que diz respeito a engajar em discussões por escrito, a IBT tornou o progresso em nossas relações completamente impossível na prática. Ao mesmo tempo, fomos mantidos no limbo a partir de constantes afirmações de que eles mantinham viva a perspectiva de fusão conosco.

Por cerca de três anos utilizamos uma adaptação do documento da IBT “Pelo Trotskismo!” enquanto nosso programa político formal. Nós considerávamos e declarávamos publicamente (até dois meses atrás) que a IBT representava a continuação programática do trotskismo, afirmação que podia ser constatada em nosso site e em materiais e intervenções apresentadas ao movimento operário e estudantil. Fomos nós que traduzimos todos os documentos presentes na seção em português do site deles. E apesar disso tudo, a IBT recusou declarar publicamente que mantinha relações conosco ou mesmo que existíamos (ao não nos creditar pelas traduções). Nessa época, consideramos tal postura extremamente estranha, uma vez que a declaração pública de relações fraternais é o

primeiro passo dentro de uma perspectiva de fusão com outra organização.

Em dezembro de 2008 escrevemos uma carta à IBT exigindo uma séria discussão de nossas diferenças e requisitando que eles assumissem medidas práticas para facilitar a possibilidade de uma fusão no futuro. Naquele ponto começamos a desconfiar que a IBT, apesar de suas afirmações, não possuía interesse real em fundir com nossa organização. Que eles fundiriam apenas com grupos que abrissem mão de todas as suas diferenças e opiniões independentes. Tal tipo de “fusão” exigiria que antes fôssemos psicologicamente destruídos, cessando assim a possibilidade de sermos genuínos revolucionários.

No início de 2009 o CCI deu lugar ao Coletivo Lenin (CL), após fusão com um grupo de camaradas que haviam rompido com a organização pseudotrotskista PSTU. Isso representou um salto qualitativo para a capacidade de nossa organização. Com alguma orientação da IBT, estabelecemos prioridades organizativas mais perspicazes, melhoramos nossa organização financeira e tornamos nosso órgão de imprensa regular (na época, o jornal Hora de Lutar). Também elegemos uma Direção Nacional, uma vez que estávamos presentes em duas cidades (Rio de Janeiro e Juiz de Fora). Por último, também vimos necessidade de que a nova organização atuasse conjuntamente em um mesmo espaço para propiciar um crescimento e amadurecimento coletivo. A maneira que encontramos de fazer isso foi centrando nossas atividades no movimento sem-teto do Rio de Janeiro, através da atuação na Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST). Era uma oportunidade de atuar lado a lado com militantes radicalizados da camada mais oprimida e explorada da sociedade brasileira.

A IBT respondeu a essa escolha tática de uma maneira ríspida e sectária. Eles aparentaram acreditar que um grupo de propaganda deveria focar seus esforços *inteiramente* em polemizar com outros grupos de esquerda, particularmente, no nosso caso, com a LQB, a ponto mesmo de excluir a possibilidade de atuação em outras arenas. Fomos falsamente acusados de sermos movimentistas e buscar recrutar pessoas com baixa formação política.

Em consequência, alguns dos nossos camaradas passaram a considerar que as diferenças com a IBT talvez fossem mais profundas do que aparentavam ser. A IBT pareceu ser extremamente passiva e conservadora, não apenas em relação a progredir nas nossas relações, mas também com relação a realizar qualquer tipo de trabalho de massas mais amplo. Por causa disso, escrevemos uma carta para a IBT em outubro de 2009, discutindo a recente reorganização de nosso trabalho e exigindo que eles fossem mais claros quanto às perspectivas de fusão entre nossas organizações e como proceder nessa direção. Outra carta de fevereiro de 2010 explicava de forma detalhada nosso trabalho na FIST e respondia às críticas e distorções sobre ele.

Essa carta pela primeira vez gerou uma resposta formal por parte da IBT, porém apenas porque nos recusamos a dar continuidade aos chats online até que obtivéssemos como resposta um documento escrito. Apesar da resposta deles ter apenas fortalecido nossas suspeitas de que eram dotados de atitudes passivas e organizativamente conservadoras frente à tarefa de construção de um partido, concordamos que enviassem um representante para nos visitar e participar de nosso I Congresso, em agosto de 2010. Apesar de tudo, ainda acreditávamos na possibilidade de uma fusão.

...continua na página seguinte

III – A postura da IBT em nosso Congresso: do conservadorismo às manobras burocráticas

Como parte do processo de consolidação de nossa organização, preparamos nosso primeiro congresso, com o objetivo de mapear as perspectivas do Coletivo Lenin para os dois anos seguintes. Como é comum para uma organização saudável e democrática, durante o período de pré-congresso três tendências internas se formaram no CL. No que tange nossas relações com a IBT, a maioria foi a favor de continuarmos a trabalhar para uma fusão, enquanto uma minoria, concluindo que a IBT era uma organização sectária e passiva/conservadora, se opôs a tal perspectiva. Seguindo o costume que havíamos estabelecido, compartilhamos com a IBT todos os nossos documentos internos e abrimos a eles nossa vida interna (algo que a IBT nunca respondeu de forma recíproca ao longo de toda a nossa relação). Como resultado, a IBT se tornou muito próxima de uma das três tendências internas.

Durante o Congresso (do qual o representante da IBT participou), duas das tendências internas e a maioria do CL apoiaram a perspectiva de fusão com a IBT. O Coletivo Lenin decidiu, então, continuar a buscar uma fusão e requisitou que à IBT que finalmente começasse a responder nossas diferenças (cuja solução eles sempre insistiram ser uma pré-condição para progredirmos em nossas relações) a partir do mês seguinte, uma vez que estávamos todos frustrados e ansiosos para progredirmos após três anos de estagnação em nossas relações. A nova Direção Nacional eleita era uma expressão dessa decisão: era composta por aqueles camaradas favoráveis à perspectiva de fusão com a IBT. Ao mesmo tempo, o CL decidiu por assumir uma atitude mais firme quanto a acabar com os três anos de inação por parte da IBT em desenvolver suas relações conosco. Pedimos por uma prova concreta da sinceridade deles em querer prosseguir em nossas relações: uma declaração reconhecendo publicamente a existência destas – o que a IBT acabou por não fazer.

A resposta imediata da IBT após nosso congresso chocou a todos. Após reportar à sua direção, o representante da IBT nos informou que a avaliação era de que o CL estava organizativamente instável e politicamente se afastando da IBT (e isso logo após termos aprovado uma moção pró-fusão!). Era verdade que uma minoria, que consistia em um camarada, estava se afastando da IBT, mas o comprometimento da maioria era firme. E quanto ao CL ser instável, nossa organização possuía (e ainda possui) uma vida interna na qual as diferenças emergem e são devidamente debatidas, como acreditamos que deve ser em uma organização bolchevique. Isso não significa que sejamos uma organização instável ou indisciplinada. Nós hoje sabemos que para a IBT (cuja última tendência interna data de meados de 1997), qualquer diferença interna séria em relação à Direção é tida como sinal de uma perigosa “instabilidade”. Assim, fundir conosco representaria um perigo para uma liderança burocrática cujo principal objetivo é possuir o controle absoluto da organização, ao invés de construir um grupo capaz de crescer, se desenvolver e atuar enquanto um instrumento para impulsionar a revolução da classe trabalhadora.

O pior, entretanto, ainda estaria por vir. Alguns dias após o congresso, enquanto ainda alegava desejar uma fusão, a IBT secretamente “convidou” alguns de nossos camaradas da tendência mais próxima a eles a romperem com o CL e se tornarem os representantes da IBT no Brasil. É importante analisarmos tal “convite” mais de perto. Primeiro isso nos indicou que todas aquelas diferenças que a IBT fingia encarar enquanto tão sérias (os tópicos anteriormente enumerados), eram na verdade

insignificantes para eles, uma vez que os camaradas que foram “convidados” a rachar possuíam as mesmas posições que o resto da organização quanto a tais questões. Segundo, isto nos indicou o caráter inescrupuloso da liderança da IBT: ao mesmo tempo em que alegavam possuir relações fraternais e amistosas conosco, eles estavam secretamente tentando nos rachar, nos tratando na verdade enquanto um inimigo hostil. Em Terceiro lugar, isto demonstrou uma grande falta de confiança na sua própria organização e políticas, o que sem dúvida é reflexo de uma desmoralização ainda mais profunda, uma vez que, mesmo a maioria do CL não apenas desejando, como também ativamente cobrando uma fusão, eles optaram por tentar rachar nossa organização ao invés de avançar em suas relações conosco. Felizmente, os camaradas “convidados” negaram a oferta e a reportaram ao resto do Coletivo Lenin.

IV – O Reagrupamento Revolucionário

O impacto do burocratismo e da covarde deslealdade por parte da liderança da IBT só aumentou com o passar do tempo, uma vez que nossos camaradas buscaram compreender melhor os eventos à luz de toda a relação prévia com eles. A ação por parte deles deixou claro para nós que a IBT não buscava uma fusão com nossa organização, independentemente de eles afirmarem isso. Na verdade eles estavam apenas nos manobrando na perspectiva de recrutar nossos militantes mais jovens e inexperientes. Eles provavelmente assumiram que assim seria mais fácil absorver e assimilar tais camaradas dentro de sua cultura interna burocratizada e convencê-los de abandonar suas diferenças. Nós ainda estávamos confusos, entretanto, tentando compreender porque a IBT agiria de maneira tão diferente daquela política que dizia defender e, mais ainda, tendo em vista suas polêmicas anteriores com as organizações burocratizadas que reivindicavam o legado espartaquista.

Poucas semanas antes de nosso congresso, tivemos um primeiro contato com Sam Trachtenberg, do Reagrupamento Revolucionário, que havia rachado da IBT no outono de 2008. A IBT nunca nos informou da sua saída e decisão de montar uma organização concorrente. Trachtenberg nos deu uma explicação marxista do comportamento da IBT através de sua carta de ruptura, intitulada “A Estrada para Fora de Rileyville” (disponível em nosso site). Ele também desenvolveu um pouco dessa explicação no curso de breves correspondências que tivemos antes de nosso congresso. Nesse momento nós infelizmente não demos à análise o crédito suficiente que ela merecia, já que estávamos tão ansiosos em levar adiante uma fusão com um grupo cujas posições, no papel, pareciam tão próximas das nossas e com o qual havíamos investido três anos de trabalho. Um dos assuntos discutidos no congresso foi uma proposta de estabelecer relações com o Reagrupamento Revolucionário. A proposta foi rejeitada, mas sem dúvida também impactou a tentativa desesperada da liderança da IBT de inviabilizar nossa organização. Mas a análise (e algumas previsões futuras) que recebemos do Reagrupamento Revolucionário coube como uma luva em nossa experiência posterior com a IBT.

Como explicou o RR, a IBT se transformou ao longo dos anos em uma organização burocratizada controlada e manipulada por uma camarilha de “líderes permanentes”. Esses líderes colocam a habilidade de controlar a organização acima de suas afirmações formais de querer ver o grupo crescer e se tornar um instrumento para a revolução socialista. Atualmente a IBT é estritamente dominada por uma camarilha burocrática que consiste daqueles que também tinham antecedentes corruptos como líderes da SL antes de serem perseguidos pelos seus próprios burocratas. Com o passar do tempo, outros membros antigos (sem tais antecedentes corruptos), ou acabaram por deixaram o grupo ou foram forçados a sair, enquanto a liderança remanescente nunca foi substituída pelos camaradas mais jovens, tornando-se menor em composição e agindo como uma panelinha de autoproteção em sua relação com os membros de base.

Enquanto isso, após quase 30 anos de existência, muitos dos membros também envelheceram e se tornaram cansados e passivos diante da ausência de mudanças organizativas. Isso permitiu à liderança se sentir mais à vontade em sua habilidade de usar métodos corruptos inescrupulosos que haviam aprendido em suas carreiras como líderes da SL. Esses métodos, juntamente a outros novos que foram desenvolvidos, foram usados com os membros da IBT, grupos simpáticos e militantes simpatizantes com o propósito de manter o seu controle absoluto. Abandonando quaisquer esperanças de crescimento e inovações na luta de classes, a IBT (como seus pais na SL) optou, ao invés disso, por preservar a ordem interna e permitir a si mesma “morrer com dignidade”.

O principal objetivo da IBT é proteger e preservar os legados pessoais de sua liderança envelhecida (agora com seus sessenta anos) ao invés de buscar usar o grupo como um veículo para construir um partido revolucionário. Sob tais circunstâncias, qualquer expressão séria de diferenças dentro da organização é vista como uma ameaça à sua estabilidade e seu objetivo não-oficial, ao invés de uma oportunidade de corrigir erros e desenvolver teoricamente os seus membros. Uma fusão com o Coletivo Lenin, portanto, que tem cerca de um terço do tamanho atual da IBT e que seria eventualmente incluído na liderança após uma fusão, colocava-se como uma ameaça para o status imutável dos líderes da IBT. Nossa habilidade em apresentar diferenças também poderia ter tornado os membros mais politizados e criado um exemplo para outros dentro da IBT começarem a expor seus pensamentos. É por isso que a IBT decidiu por tentar fazer naufragar nosso grupo ao invés de fundir com ele.

Em sua carta de rompimento, Sam Trachtenberg argumentou: “Por mais formalmente correto que seu programa no papel possa estar no momento, a História mostrou que o tipo de organização no qual a IBT se tornou, um grupo estático, estagnado, dominado por uma liderança permanente entrincheirada e maquiavélica, nunca poderá fazer crescer os camaradas mais jovens, se desenvolver e assim prestar um pequeno papel no processo

[de reconstrução da Quarta Internacional]”. A defesa (ou melhor, a preservação) da história e do programa da IBT se tornou uma questão em separado de uma expressão orgânica da aspiração revolucionária do grupo e foi usado como um mecanismo para transformá-lo em uma seita autoritária. Os líderes da seita se tornam “guardiões” do “programa” (ou melhor, dos seus próprios legados históricos). Assim como à IBT, isso já ocorreu com a Liga Espartaquista e outros grupos no passado. No previamente citado documento de 1966 do rompimento da SL com o Comitê Internacional de Gerry Healy, os Espartaquistas explicaram:

“Sob condições de pronunciado isolamento do movimento mundial da classe trabalhadora, os revisionistas abandonaram uma perspectiva operária revolucionária por uma orientação em direção a formações pequeno-burguesas como os burocratas stalinistas, burocratas socialdemocratas e lideranças nacionalistas nos países coloniais... Os líderes britânicos parecem ter respondido à ‘crise teórica, política e organizativa’ do trotskismo se escondendo na ‘ortodoxia’. Sua reação ao revisionismo parece ter sido aquela de um sumo sacerdote ao qual foi confiada a proteção das sagradas escrituras; assim ocorre o surgimento de uma liderança autoritária com punho de aço.”

V – Uma última tentativa

Em setembro, a recém-eleita Direção do CL, formada justamente por aqueles camaradas de nosso grupo que mais ardentemente desejavam uma fusão com a IBT, reagiu aos eventos mencionados convencendo outros camaradas da necessidade de se reestabelecer contato e abrir discussões com o RR. Nós não havíamos, entretanto, decidido fechar a porta para a IBT ainda. Nós desejávamos estar inteiramente seguros das decisões que iríamos tomar. Assim, continuamos a discutir com a IBT e comunicamos a eles nossas reações frente ao que fizeram por trás dos panos, esperando dessa forma exercer pressão para que reconhecessem seus erros e alterassem seus métodos em relação a nós. A resposta da IBT foi racionalizar seu comportamento prévio, negar de forma nada ingênua qualquer possível erro, e tentar nos convencer que estávamos agindo de maneira paranoica. Isso foi recebido por nossos militantes enquanto um insulto a nossa inteligência.

Em uma medida desesperada de tentar desviar nosso curso do RR, a IBT nos enviou uma seleção limitada de documentos internos envolvendo a ruptura de Trachtenberg. É importante frisar que a liderança da IBT parece segura o suficiente de seus métodos para acreditar que tais documentos os fariam parecer ter agido de maneira correta com o Trachtenberg. Mesmo que os documentos que nos foram enviados não abarquem toda a discussão que ocorreu internamente, eles foram o suficiente para percebermos o padrão geral do burocratismo criminoso que sofremos em nossa própria relação com eles. Nesses documentos, a liderança da IBT simultaneamente negava e explicitamente defendia o uso de procedimentos burocráticos contra críticas passadas e os militantes que as levantaram. Eles defenderam o fato de terem (secretamente) escondido informações internas de tais militantes (incluindo aqueles que formalmente ocupavam posições de liderança antes de saírem), bem como tentativas de impedir debates internos

colocando o resto da organização sob disciplina informal para que não discutissem suas diferenças. Isso, é claro, tornou a liderança de tais camaradas em uma ficção. A liderança da IBT alegou que correto utilizar certos tipos de métodos desonestos para com militantes que eles avaliavam estar em um processo de “rápida mudança política”, além de grupos simpatizantes (para não mencionar outros na esquerda) que eles enxergariam enquanto oponentes ou organizações inimigas.

Os documentos internos mostraram a liderança defendendo seu “direito” de utilizar “sanções formais e informais” contra militantes que encarassem apresentar “posições oportunistas”. Excluindo-se o fato de que “políticas oportunistas” na verdade quer dizer o simples desacordo com a liderança ao invés de qualquer conduta organizativamente errada, o uso de “sanções informais” não passa da defesa implícita do “direito” da liderança burocrática de implementar tais “sanções” de maneira informal, sem nunca as ter discutido formalmente ou mesmo informá-las aos camaradas “sancionados”, como parte do esforço deles de ou quebrar os militantes ou forçá-los a se retirarem, sem deixar nenhum rastro oficial de conduta burocrática.

Os documentos também mostraram métodos similares sendo utilizados para pressionar Trachtenberg a se retirar, um dos últimos militantes remanescentes da IBT com algum passado de contestação da liderança em diversas questões (como a intenção inicial se levar a IBT a votar pela permanência de Hugo Chávez na presidência quando do plebiscito de 2004 na Venezuela). Até mesmo essa coletânea parcial e incompleta que nos enviaram demonstrou um padrão de tentativas de desmoralizá-lo e, assim como ocorreu com outros, tornar sua posição enquanto militante uma ficção, privando-o das discussões internas e etc. A liderança chegou mesmo a explorar seu histórico de depressão ao frequentemente aludir à possibilidade de suas críticas aos métodos burocráticos por ela utilizados serem frutos de “distúrbios mentais”.

A liderança da IBT declara para seus militantes que grupos, assim como o nosso, que decidem por encerrar suas relações com eles devido à existência de tais métodos burocráticos na verdade o fazem por discordâncias oportunistas não reveladas. A IBT chegou mesmo a tentar reescrever publicamente a história ao fazer alegações similares quanto a um grupo argentino que traduziu a maior parte dos documentos presentes na seção em espanhol do site deles:

“Um recuo menos público, porém mais significativo, foi nossa falha em conseguir fundir com um grupo de camaradas argentinos que aparentaram estar programaticamente muito próximos de nós. Isso se deveu parcialmente à dificuldades linguísticas, mas um fator mais importante era a distância em termos de cultura política expressa por eles à cerca das tarefas e prioridades de um micro-grupo de propaganda.”

<http://www.bolshevik.org/1917/no28/no28IBTConference.html>

Entretanto, os documentos que eles nos enviaram indicam que o grupo argentino rompeu relações devido às desonestidades “por trás das cortinas” do tipo que nós mesmos experimentamos, e conforme tais documentos

demonstram, diversos outros grupos também. Não há razões para não supormos que esse mesmo tipo de “explicação” será dada pela liderança aos militantes da IBT sobre nosso afastamento. Apesar de termos sido informados por recentes ex-membros da IBT que seus militantes de base praticamente não receberam informações sobre nós por parte da liderança ao longo desses últimos três anos, é parte da responsabilidade deles encarar essa dura realidade e reconhecerem que nossa experiência com a IBT segue um padrão que continuará a se repetir.

VI – Conclusão

Não abandonamos nosso programa revolucionário! Continuamos a defender o legado político da Liga Espartaquista e da Tendência Bolchevique Internacional até o momento de suas respectivas degenerações burocráticas. Não nos deixaremos desmoralizar por esta experiência! Não desenvolveremos falsas conclusões sobre a suposta impossibilidade de reconstruir uma Quarta Internacional revolucionária e menos ainda alteraremos nossa linha política, como a liderança burocrática da IBT certamente espera como forma de justificar nossa ruptura com tal organização. Apenas concluímos que a IBT já não pode mais contribuir com a reconstrução de um movimento revolucionário.

Continuaremos a analisar criticamente a história da IBT para melhor compreender as razões de sua degeneração, bem com a de seus predecessores. Continuaremos a procurar por grupos e camaradas interessados em resgatar as importantes contribuições de organizações que uma vez representaram a continuidade do trotskismo, ao invés de buscar defender os legados de líderes que muitas vezes cooperaram eles mesmos para a degeneração de suas organizações. Nosso objetivo é construir um partido capaz de liderar uma revolução – o que implica não ter medo de assumir riscos organizativos quando necessário, ao mesmo tempo em que mantemos uma vida interna saudável, na qual críticas sejam tratadas de maneira honestamente leal, e sejam capazes de desafiar ortodoxias de longa data sem que por isso sofram perseguições. Um partido que seja capaz de nadar contra a corrente e defender conquistas ideológicas por hora impopulares, bem como reavaliar posições antigas caso estas tenham se mostrado erradas.

Assim, declaramos nossas relações fraternais com o Reagrupamento Revolucionário. Convidamos aqueles militantes e ex-militantes da IBT que permanecem incorruptos pela sua experiência, bem como outros que concordem com nossos objetivos políticos, a debater com o Reagrupamento Revolucionário e com o Coletivo Lenin sobre como proceder e conquistar avanços na reconstrução da Quarta Internacional.

Saudações Comunistas!

Coletivo Lenin,
Dezembro de 2010.

Aos Trotskistas

As ações do PSTU em comparação às tarefas da IV Internacional

Rodolfo Kaleb e Leandro Torres - Agosto de 2009

“Encarar a realidade de frente; não buscar a linha de menor resistência; chamar as coisas pelos seus nomes; falar a verdade às massas, não importa o quão amarga ela seja; não temer os obstáculos; ser verdadeiro nas pequenas coisas como nas grandes; basear seu programa na lógica da luta de classes; ser ousado quando a hora da ação chegar – essas são as regras da Quarta Internacional”

Situação histórica

Às vésperas da segunda guerra Mundial, Leon Trotsky, descreve no Programa de Transição, a situação da crise de direção do proletariado, que ele considera a principal causa da miséria da humanidade. A situação explícita as razões de ascensão do fascismo nos diversos países: *“O sucesso da ‘ideologia’ fascista não se explica pela força de teorias semi-delirantes, semi-charlatanescas de raça ou de sangue, mas na falência estupefacente das ideologias da democracia, da social-democracia e da Internacional Comunista.”*

De certa forma essa situação se repete nos nossos dias. Medidas de caráter fascista tomadas por governos, crescimento do fundamentalismo, falta de esperança nas ideologias antigas, definem a situação da classe trabalhadora. É nesse cenário que entra a IV Internacional reconstruída, com a tarefa de reverter este quadro, intervir na realidade com um programa transitório para o socialismo, indicando à classe trabalhadora a saída dessa crise.

Para cada fator destrutivo que o capitalismo impõe aos trabalhadores, a IV Internacional deve apresentar uma solução que indica para o socialismo, se diferenciando das palavras de ordem da social-democracia e dos reformistas exatamente por mostrarem que as causas centrais dos problemas que nos afligem não podem ser resolvidos pelo capitalismo.

Palavras transitórias

Assim, as palavras de ordem transitórias devem indicar a solução de fato dos problemas, e não uma falsa solução paliativa para os mesmos. No momento inicial, é provável que não atinjam em todo à classe, pois revelam uma consciência que a classe ainda não possui. Mas no devido tempo, mostram a solução definitiva para os seus sofrimentos.

Exemplos: Para revidar à exploração capitalista, indicam o controle operário sobre as fábricas; Redução da jornada de trabalho sem redução de salário, para combater o desemprego; Autodefesa armada dos trabalhadores para resistir aos ataques da polícia e do exército, etc. Claramente essas palavras de ordem não serão concretizadas enquanto o poder capitalista for amplamente superior ao poder dos trabalhadores, mas indicam a solução socialista para os ataques do capitalismo.

Isso não significa que os trotskistas não estejam na luta por reformas, pela melhoria progressiva das condições dos trabalhadores. Mas sim que eles se diferenciam por

exprimir, nestas ocasiões as palavras de ordem transitórias, acima das reformistas. Isso significa que os trotskistas não vêem as reformas como um fim em si, e nem mesmo como uma **etapa** em separado da questão central: que é a luta pelo socialismo.

Para exemplificar, no caso mais recente de um golpe militar na América Latina, o golpe que derrubou Manuel Zelaya em Honduras: A tarefa dos trotskistas é trabalhar incessantemente contra o golpe, apoiando a classe em **todas** as manifestações nesse sentido. Mas enquanto os reformistas estiverem exclamando palavras de ordem de “Volte Zelaya!”, os trotskistas devem anunciar “Assembléias de bairro para resistir ao golpe!”, “Auto-defesas contra os ataques da polícia à classe trabalhadora!”, “Redução da jornada de trabalho sem redução de salário”. Está claro que essas palavras não serão assimiladas de imediato, pois as massas são reformistas nesse momento. Mas é exatamente essa situação que a IV Internacional reconstruída deve alterar. E quando a hora da ação chegar, trabalhar para concretizá-las.

Nesse meio tempo, o PSTU levanta a palavra de ordem reformista, justificando que se não o fizesse, se usasse as palavras de ordem transitórias, estaria se isolando das massas. Ora, “Volte Zelaya!” é a palavra que as massas, de fato, já tem em mente. Mas então, o partido trotskista é desnecessário, se tudo que ele tem a fazer é se juntar a esse coro de vozes reformistas. Pelo contrário: o papel do partido é elevar a consciência, lançando palavras de ordem que apontem para a verdadeira solução da crise, sem em nenhum momento deixar de lutar pela classe contra o golpe. Isso levará a um certo isolamento dentro do movimento? Sim, isso ocorrerá nesse momento histórico de refluxo. Mas qual é a solução? Rebaixar as palavras de ordem para adequá-las ao reformismo? Obviamente não!

PSTU: um regime de centralismo burocrático

No recente programa de televisão do PSTU, o partido, ou melhor, a direção do partido, antecipou o chamado pela parceria eleitoral entre o PSTU e o PSOL. Está claro que este assunto não foi debatido pela base do partido, nos núcleos, mesmo sendo essa uma questão polêmica dentro da organização. Essa é uma questão tática, que sempre deve ser discutida com democracia interna. Foi, no entanto, a voz da direção que se fez valer. Direção essa que se conserva praticamente a mesma, há pelo menos duas décadas. Está claro para quem participa do partido, que o PSTU realiza o que a sua direção acha certo ou errado. E depois, a própria direção avalia seus

erros e acertos, deixando a base em último plano na hora de decidir os rumos do partido. Quase não há divergências dentro do partido, pois a direção dita a política. Só se permite frações/tendências nas épocas de congresso interno.

Isso evidencia que, por mais que se denomine partido trotskista com centralismo democrático, o PSTU é um partido que na prática, aplica um centralismo burocrático. Aqueles que estudaram a história da Revolução Russa um pouco mais a fundo, devem saber que o partido bolchevique/comunista, no seu período realmente democrático, antes dos desvios que o próprio Lênin cometeu e da traição Stalinista, era um partido com tendências permanentes*, no qual as diferentes posturas poderiam se organizar, debater e decidir democraticamente, disputando assim a linha geral da organização. Depois de tomada a decisão, todos agiam de acordo com a política decidida pela maioria. Na realidade, as frações e tendência se mantiveram até meados de 1920. Trotsky chegou a afirmar que a disputa entre tendências internas configura “a história do bolchevismo”.

O PSTU argumenta que a existência de tendências destruiria o partido, pois elas se digladiariam. Isso não é a realidade, pois o partido bolchevique/comunista funcionou assim por mais de quinze anos. Foi com tendências permanentes* que o partido revolucionário liderou e ajudou a construir a Revolução. Está claro que sem tais estruturas não há como se validar as divergências e o centralismo democrático acaba não existindo. A única tendência organizada é a da direção e se tem um centralismo burocrático.

O abandono das organizações de massa

Outra crítica que deve ser feita às ações do PSTU, em relação às tarefas da IV Internacional, é o seu abandono às entidades de massa dos movimentos sindical e estudantil. Exemplificando com a ação mais recente: a criação da Assembléia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL). O PSTU afirma que a entidade surge do ascenso do movimento estudantil a partir das ocupações de reitoria que ocorreram em 2007, em algumas das maiores universidades do país. E que assim a entidade existe para tornar estas lutas orgânicas, em alternativa à União Nacional dos Estudantes, que cumpriu um papel vergonhoso nas citadas ocupações, sendo contra as mesmas e agindo contra a manifestação espontânea dos estudantes.

O PSTU rompeu politicamente com a UNE em 2005, sob argumento de que a entidade era atrelada pelo governo e assim, direcionava o movimento estudantil para apoiar reformas que iam de desacordo ao projeto político desejável à educação (como por exemplo REUNI e PROUNI). Experiência anterior do PSTU, o CONLUTE, surgia sob a mesma bandeira, com mudanças pequenas na estrutura. O argumento usado pelo PSTU para não estar presente na UNE é geralmente: “A UNE não representa a realidade do movimento estudantil, apenas os setores burocráticos e governistas”. E segue apresentando

exemplos da política chapa-branca da entidade, mostrando que participar dela é perda de tempo e que participar de seus fóruns seria legitimar esta entidade.

Os trotskistas devem sempre intervir nas entidades de massa. Negar isso é negar toda a herança histórica desde Marx. Mais do que isso, participar de uma organização, não significa concordar politicamente com a sua direção ou legitimar suas ações. Ficando de fora de organizações de massa da classe trabalhadora e da juventude, como a UNE e a CUT, o PSTU se coloca fora da grande parte da classe trabalhadora que reconhece esses meios.

Os trotskistas devem estar nestas organizações de massa, disputando a sua base ao invés de tentarem criar organizações (estas sim) fora de realidade da classe trabalhadora ou do movimento estudantil. A UNE e a CUT representam sim a realidade do movimento estudantil e sindical, exatamente porque a realidade destes é uma realidade reformista. É tarefa da IV Internacional reconstruída mudar essa situação intervindo em tais organizações.

Se o objetivo da ANEL fosse simplesmente organizar movimentos como as ocupações de reitoria, ela seria justificável. Mas nada justifica se excluir da UNE para então construir tão somente a nova entidade.

Para trabalhar contra as medidas do Governo de Frente Popular de fazer reformas regressivas na educação, para disputar a base dos movimentos sindical e estudantil, o PSTU deve intervir nas entidades de massa. E enquanto se mantém fora das mesmas, se mantém afastado da possibilidade de intervir na realidade da classe. Admitindo a existência da ANEL, é dever dos trotskistas atuarem politicamente em **ambas** as entidades, pois ambas tem representação na base do movimento estudantil (embora a ANEL corresponda a uma base restrita e fora dos quadros gerais). Não participar da UNE é um erro estratégico grave para um partido que se considera trotskista.

O anti-defensismo

Por último e talvez mais grave para um partido que se considera trotskista, é sustentar uma interpretação morenista (corrente política de Nahuel Moreno) do trotskismo em que coloca como papel do partido nesse momento lutar pelas realizações democrático-burguesas, como um caminho para a revolução socialista nos países periféricos do capitalismo.

Sua premissa é verdadeira em constatar que nos países periféricos, dentre os quais o Brasil, a burguesia não é capaz de realizar nem mesmo a fase mais avançada da revolução burguesa, como a distribuição da terra, o fim do imperialismo, o alcance às condições mais básicas de vida, etc. Mas sua resposta à isso é equivocada: se aliar aos setores reformistas, mesmo da burguesia nacional, quando se trata de buscar esses avanços “democráticos”. Fica o exemplo da Rússia, na qual foi a revolução socialista de Outubro que cumpriu as tarefas democráticas. Não se deve confundir isso com lutar por uma “revolução democrática”, como define o morenismo, mas afirmar que tão somente

a luta pela revolução socialista é capaz de cumprir as mínimas tarefas democráticas.

Essa interpretação no mínimo semi-etapista da revolução socialista (como a põe Moreno), que considera a “revolução democrática” como parte integrante da revolução socialista, explicita o porquê de posições contraditórias na história do PSTU. Apoiar o Solidariedade Polonês em sua luta para derrubar o stalinismo e restaurar o capitalismo, por exemplo, imaginando que essa “revolução democrática” era uma possível primeira fase da revolução socialista nesse país (como Moreno diz em *Revoluções do Século XX*).

O PSTU constrói essa política, mesmo conhecendo a histórica avaliação de Trotsky, definição do que é ser comunista, como deixa claro em diversas obras: “*Stalin derrubado pelos trabalhadores é um passo para o socialismo. Stalin derrubado pela burguesia imperialista, é a contra-revolução que triunfa*”. A mesma postura de defesa da “revolução democrática” foi a que o PSTU apresentou no caso da queda da URSS.

A defesa dos Estados Operários deformados pela burocracia é tarefa da IV Internacional, enquanto estes Estados forem ameaçados pelos interesses da burguesia. O ataque devastador a estes mesmos Estados e suas direções é tarefa da IV Internacional quando eles forem ameaçados pelos interesses da classe trabalhadora. Só se explica que o partido siga com essa postura pela falta de discussão acerca do programa morenista em sua base.

Tarefas dos revolucionários

O papel de um partido trotskista no Brasil hoje, é atuar politicamente nas bases dos movimentos popular, sindical, estudantil, etc., mostrando o socialismo como saída e fonte de esperança contra a miséria causada pelo capitalismo à classe trabalhadora e outros setores oprimidos. Assim, estar presente onde a luta de classes se engendra de maneira mais brutal: nos setores mais explorados da classe, defendendo com palavras de ordem transitórias a defesa da classe trabalhadora; e estimular a criação a todo

o momento de exemplos de como a classe trabalhadora é capaz de autogerir a sociedade: universidades populares, defesa das fábricas ocupadas, atuação em defesa dos setores de trabalhadores terceirizados. Além disso, estar presente nas entidades de massa dos sindicatos para disputar sua política e a sua base, fortalecer a classe trabalhadora, em suas lutas por reformas, sem deixar de lado o programa de transição e sem se deixar desviar por uma tendência limitada sindicalista. Ter em seu interior um debate democrático garantido pelo centralismo democrático com tendências permanentes (e somente assim verdadeiro).

Esse é o conjunto fundamental de uma ação trotskista e explicita onde o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado corresponde à uma ação com objetivos que não são a revolução socialista da classe trabalhadora. Muitos outros exemplos de desvios poderiam completar estas páginas, mas basta que os trotskistas, os verdadeiros trotskistas, reflitam e encontrarão por si só estes exemplos, desde que avaliem a realidade de maneira crítica e objetiva. Por último, é preciso ressaltar que muitas vezes, as publicações do PSTU exaltam as tarefas da IV Internacional, mas que um conhecimento, mesmo que superficial, do partido, mostra que suas ações não correspondem a esse discurso.

Este é o depoimento de dois trotskistas que foram militantes do PSTU, atraídos pelo seu discurso revolucionário, mas que ao lançarem um olhar crítico sob seus atos decidiram romper com o mesmo e ingressar no Coletivo Lenin, uma organização que luta pela construção do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Partido esse que compreenda em seu programa o papel dos setores mais oprimidos da classe e a importância da defesa revolucionária dos Estados operários ainda existentes.

Fica aos demais trotskistas que lerem isto um convite para que se aprofundem no Programa de Transição e verifiquem a validade dos marcos aqui apresentados.

*Rodolfo Kaleb e Leandro Torres
Rio de Janeiro, Agosto de 2009*

* A tradição do Partido Bolchevique/Comunista até 1921 era de permitir a formação de tendências/frações a qualquer momento (*direito permanente* à formação de tendências/frações). A existência de *tendências permanentes* é algo presente na tradição da Social Democracia, em cujos partidos se organizavam alas permanentes, que disputavam sua direção de forma constante. Assim como em alguns outros artigos do Coletivo Lenin, a questão está mal formulada nos trechos destacados, dando a entender que defendíamos o modelo Social Democrata.



Tendência Revolucionária do SWP (EUA)

Rumo ao Renascimento da Quarta Internacional

PROJETO DE RESOLUÇÃO SOBRE O MOVIMENTO MUNDIAL submetida à Convenção do Partido dos Trabalhadores Socialistas (SWP) norte-americano em 1963 pela Tendência Revolucionária. A versão para o português foi realizada por Rodolfo Kaleb e Leandro Torres em julho de 2011.

Introdução

1. Nos últimos quinze anos o movimento fundado por Leon Trotsky sofreu uma profunda crise teórica, política e organizativa. A manifestação superficial dessa crise foi o desaparecimento da Quarta Internacional como uma estrutura significativa. O movimento consequentemente

foi reduzido a um grande número de pequenos grupos, formalmente filiados a três tendências: o “Comitê Internacional”, o “Secretariado Internacional de Pablo” e o “Secretariado Internacional de Posadas”. Políticos superficiais esperam superar a crise por uma fórmula organizativa – “unidade” de todos pequenos grupos que queiram se unir em torno de um programa de

denominador comum. Essa proposta obscurece, e na verdade agrava, as causas políticas e teóricas fundamentais dessa crise.

2. A ascensão do revisionismo pablista apontou para a raiz fundamental da crise do nosso movimento: o abandono de uma perspectiva revolucionária da classe trabalhadora. Sob a influência de uma relativa estabilização do capitalismo nos Estados industriais do Ocidente e de um sucesso parcial dos movimentos pequeno-burgueses ao derrubar o poder imperialista em alguns países periféricos, a tendência revisionista dentro do movimento trotskista desenvolveu uma orientação que se distanciava do proletariado e se dirigia às lideranças pequeno-burguesas. A conversão do trotskismo em um satélite de esquerda das lideranças operárias e coloniais existentes, combinada com uma ortodoxia verbal centrista clássica, foi tipificada por Pablo – mas de maneira alguma ficou confinada a ele ou sua fração organizativa. Pelo contrário, as revoluções cubana e argelina constituíram testes ácidos ao provar que a tendência centrista também prevalece entre certos grupos que originalmente se opuseram à fração de Pablo.

3. Há uma lógica óbvia e forte nas propostas para reunificação apressada dos grupos centristas dentro do movimento trotskista. Mas “reunificação” na base de políticas centristas não significa o restabelecimento da Quarta Internacional. A luta pela Quarta Internacional é a luta por um programa que seja a encarnação da perspectiva revolucionária do marxismo para a classe operária. É verdade que as doutrinas básicas do nosso movimento, formuladas *abstratamente*, ainda não foram formalmente negadas. Mas em seu abandono de uma perspectiva revolucionária, os revisionistas concretamente desafiam as bases programáticas do nosso movimento.

4. A essência do debate dentro do movimento trotskista é a questão da perspectiva do proletariado e dos elementos de sua vanguarda revolucionária em relação às existentes lideranças pequeno-burguesas do movimento operário, nos Estados operários deformados e nas revoluções coloniais. O coração da perspectiva revolucionária do marxismo é na luta pela independência de classe dos trabalhadores de todas as forças não-proletárias; a linha política orientadora e o critério teórico é a *democracia operária*, da qual a expressão suprema é o poder operário. Isso se aplica a todos os países onde o proletariado se tornou capaz de realizar sua política de maneira independente – na qual apenas as formas variam de país para país. Essas formas, é claro, determinam a intervenção prática dos marxistas.

Europa

5. A recuperação e prosperidade prolongada do capitalismo europeu não produziu, como todos os tipos de revisionistas proclamam, um movimento operário conservador. Na realidade, a força, coesão, nível cultural e combatividade

potencial do proletariado europeu são hoje maiores do que nunca. A derrota de De Gaulle pelos mineiros franceses e o persistente, e atualmente acelerado, giro à esquerda nos países democrático-burgueses da Europa (mais notavelmente Itália, Grã-Bretanha, Alemanha) ilustram esse fato.

6. As tentativas dos trabalhadores europeus de irem além de lutas econômicas parciais até a transformação socialista da sociedade tem sido frustradas pela resistência e traição da burocracia operária. Os quatro anos de reação na França seguidos à tomada de poder por De Gaulle mostram o terrível preço, entretanto imposto pela tolerância nesses líderes incompetentes. A greve geral belga mostrou mais uma vez que os burocratas “de esquerda” como Renard também farão tudo em seu poder para bloquear ou desmobilizar um movimento capaz de ameaçar o poder capitalista. Mas as experiências de ambas França e Bélgica provam um desejo espontâneo dos trabalhadores de entrar em luta contra a classe capitalista – se levantando frequentemente a um confronto aberto com o sistema.

7. A tarefa dos trotskistas no movimento operário europeu é a construção, dentro das organizações de massas existentes (sindicatos e, em certas instâncias, partidos) de uma liderança alternativa. Os marxistas devem, em todas as ocasiões, reter e exercer independência política e programática dentro do contexto da forma organizativa envolvida. Apoio às tendências dentro da burocracia operária, quando elas defenderem interesses essenciais da classe trabalhadora ou reflitam aspectos da luta de classes dentro do movimento operário, é correto e mesmo obrigatório; mas esse apoio é sempre condicional e crítico. Quando, como é inevitável, a luta de classes atinge um estágio em que os burocratas “de esquerda” desempenham um papel reacionário, os marxistas devem se opor a eles aberta e imediatamente. O comportamento da tendência centrista ao redor do jornal belga *La Gauche* (A Esquerda) [1] de retirar durante a greve geral a palavra de ordem correta de uma marcha sobre Bruxelas, com o objetivo de evitar um racha com Renard, é o oposto da atitude marxista com relação à burocracia operária.

8. As expectativas *objetivas* para o desenvolvimento de um movimento trotskista na Europa são extremamente favoráveis. Grandes números dos melhores jovens militantes em todos os países, rejeitando a rotina cínica e carreirista dos burocratas stalinistas e socialdemocratas, estão procurando ardentemente por uma perspectiva *socialista*. Eles podem ser ganhos por um movimento capaz de convencê-los, de maneira prática e teórica, de que ele oferece tal perspectiva. As mudanças estruturais causadas pela integração europeia colocam a linha da democracia operária e da independência política e econômica dos órgãos da classe trabalhadora como uma alternativa ao controle estatal do movimento operário – e a estimular a classe trabalhadora a novas e crescentemente

significativas batalhas de classe. Se, sob essas condições objetivas, os trotskistas da Europa Ocidental falharem em crescer numa taxa rápida, será em razão de eles próprios adotarem uma instância revisionista de satélite da liderança trabalhista, em oposição à perspectiva de luta ao redor do programa da democracia operária.

Bloco Soviético

9. Desde a Segunda Guerra Mundial, os países da Europa Oriental se transformaram em modernos Estados industriais. Enquanto o proletariado dos Estados operários deformados cresce em número e aumenta o seu padrão de vida e nível cultural, cresce também o irrepreensível conflito entre a classe trabalhadora e a totalitária burocracia stalinista. Apesar da derrota da revolução dos trabalhadores húngaros, o proletariado do bloco soviético obteve reformas significativas, alargando substancialmente sua amplitude de pensamento e ação. Essas reformas, entretanto, não significam um “*processo de reformas*” ou um “*processo de desestalinização*” [2]: elas foram concedidas apenas de malgrado pela irreformável burocracia, estão sob ataque perpétuo por parte da fração dos “herdeiros de Stalin”, e permanecem em perigo enquanto o poder burocrático stalinista prevalecer. Essas concessões são historicamente significativas apenas porque elas ajudam o proletariado a se preparar para a derrubada da burocracia. Desestalinização real só pode ser bem sucedida pela revolução política.

10. Uma nova liderança revolucionária está ascendendo entre o jovem proletariado do bloco soviético. Inspirado por duas fontes gêmeas – a inextinguível tradição leninista e as necessidades diretas e tangíveis da sua classe – a nova geração está formulando e implementando na luta o programa da democracia operária. Notável nesse sentido é o argumento colocado recentemente por um participante de longa data do cotidiano estudantil soviético. Considerando o caráter fundamental de muitos na difundida oposição entre a juventude russa, foi afirmado que “Por ser marxista-leninista, o estudante soviético é muito mais radicalmente insatisfeito do que se fosse um pragmatista anglo-saxão”. (David Burg para o *New York Times*). Os trotskistas, continuadores diretos do estágio anterior, tem uma contribuição indispensável para fazer a essa luta: o conceito de um partido internacional e de um programa de transição necessário para levar adiante a revolução política. Apoio ao desenvolvimento de uma liderança revolucionária no bloco soviético através de contato pessoal e ideológico é uma atividade prática primária de qualquer liderança internacional que meça receber esse nome.

Revolução Colonial

11. O significado programático da democracia operária é maior nas áreas periféricas, antes coloniais, do mundo: é precisamente nesse setor que o programa da democracia operária oferece a mais clara demarcação possível entre

tendências revolucionárias e revisionistas. Em todos esses países a luta por direitos democrático-burgueses (liberdade de imprensa, direito de greve e de organização, eleições livres) é de grande importância para a classe trabalhadora porque ela cria a base para a luta avançada por democracia proletária e poder operário (controle operário da produção, poder de Estado baseado em conselhos de operários e camponeses).

12. A teoria da Revolução Permanente, que é básica para o nosso movimento, declara que no mundo moderno a revolução democrático-burguesa não pode ser completada a não ser pela vitória e extensão da revolução proletária – a consumação da democracia operária. A experiência de todos os países coloniais tem confirmado essa teoria e colocado de maneira explícita as contradições internas manifestas que continuamente impedem uma conclusão do presente estado de revolução colonial contra o imperialismo. Precisamente naqueles Estados onde os objetivos *burgueses* da independência nacional e reforma agrária foram mais amplamente atingidos, os direitos políticos *democráticos* dos trabalhadores e camponeses não foram realizados, quaisquer que sejam os ganhos sociais. Isso é particularmente verdadeiro naqueles países onde a revolução colonial levou ao estabelecimento de Estados operários deformados: China, Vietnã do Norte e Cuba. O resultado, até o momento, foi um sucesso contraditório, seja essencialmente vazio, como nas neocolônias do modelo africano, ou profundamente deformadas e limitadas, como no exemplo chinês. Esse resultado presente é a consequência da predominância de forças de classe específicas nos levantes coloniais, e de formas relacionadas a essas classes empregadas nas lutas. Essas formas foram, em toda a sua variedade, impostas sobre as lutas exclusivamente “de cima”, ou seja, desde formas parlamentares até formas militares-burocráticas. E as forças de classe envolvidas foram, é claro, burguesas e pequeno-burguesas. Uma contraposição de classe se desenvolve em razão do complexo de antagonismos resultantes da falha em realizar a revolução democrático-burguesa. As lideranças pequeno-burguesas com suas formas burocráticas e seus métodos empiristas são lançadas contra a participação dos trabalhadores como classe na luta. O envolvimento da classe operária é necessariamente central para obter a democracia operária e exige a liderança da vanguarda proletária revolucionária com consciência programática de sua missão histórica. Conforme a classe operária ganha ascensão na luta e leva a reboque as camadas mais oprimidas da pequena-burguesia, a Revolução Permanente será levada adiante.

13. A Revolução Cubana expôs as várias infiltrações do revisionismo em nosso movimento. Sob o pretexto de defender a Revolução Cubana, por si própria uma obrigação para o nosso movimento, apoio incondicional e acrítico foi dado à liderança e ao governo de Castro, apesar de sua natureza pequeno-burguesa e comportamento burocrático.

No entanto, as evidências da oposição do regime aos direitos democráticos dos trabalhadores cubanos são claras: cassação burocrática dos líderes democraticamente eleitos do movimento operário e sua substituição por lacaios stalinistas; supressão da imprensa trotskista; proclamação do sistema de partido único; e muito mais. Essas evidências se colocam lado a lado com as enormes conquistas sociais e econômicas iniciais da Revolução Cubana. Assim, os trotskistas devem ser os defensores mais militantes e incondicionais contra o imperialismo, tanto da Revolução Cubana quanto do Estado operário deformado ao qual ela levou. Mas os trotskistas não podem dar confiança e apoio político, nem mesmo crítico, a um regime governante hostil aos mais elementares princípios e práticas da democracia operária, mesmo se nossa aproximação tática não for a mesma que com relação a uma casta burocrática *endurecida*.

14. O que é verdade com relação à análise dos revisionistas sobre o regime de Castro é ainda mais aparente com relação ao regime de Ben Bella, que agora governa a Argélia sob o programa da revolução “socialista” em cooperação com o imperialismo francês. A natureza anti-operária desse grupo pequeno-burguês ficou claro para todos, a não ser aqueles que não querem encarar a realidade, pela sua tomada de controle forçada sobre o movimento operário e sua supressão de todos os partidos de oposição. Mesmo a difusão das nacionalizações e desenvolvimento de comitês de gerenciamento, vistos no contexto da expropriação dos direitos políticos da classe operária e da orientação econômica de colaboração com a França não podem dar à Argélia o caráter de Estado operário, mas a caracteriza, pelo contrário, como uma sociedade capitalista periférica com um alto grau de estatização. Como revolucionários, nossa intervenção em ambas as revoluções, como em cada Estado existente, deve estar de acordo com a posição de Trotsky: “Nós não somos o partido do governo; nós somos o partido da oposição irreconciliável” (*Em Defesa do Marxismo*). Isso só pode deixar de se aplicar em relação a um governo genuinamente baseado na democracia operária.

15. A experiência desde a Segunda Guerra Mundial demonstrou que guerrilhas armadas de base camponesa com lideranças pequeno-burguesas não podem levar a nada além de regimes burocráticos anti-operários. A criação de tais regimes se tornou possível sob as condições combinadas de decadência do imperialismo, desmoralização e desorientação causada pelas traições stalinistas, e a ausência de uma liderança marxista revolucionária na classe trabalhadora. A revolução colonial pode ter um significado inegavelmente progressivo apenas sob a liderança do proletariado revolucionário. Portanto, se os trotskistas incorporassem em sua estratégia um revisionismo sobre a liderança *proletária* da revolução, isso seria uma profunda negação do marxismo, não importa o quão boas sejam as intenções expressas de, ao mesmo

tempo, “construir partidos marxistas revolucionários nos países coloniais”. Os marxistas devem resolutamente se opor à aceitação aventureira do caminho de guerrilha camponesa para o socialismo – historicamente associado ao programa de táticas dos Social-Revolucionários e que Lenin combateu. Essa alternativa seria um curso suicida para os objetivos socialistas do movimento, e talvez para os aventureiros fisicamente.

16. Em todos os países periféricos onde o proletariado existe como classe, o princípio fundamental do trotskismo é a independência da classe operária, seus sindicatos, e seus partidos, em oposição intransigente ao imperialismo, a qualquer burguesia nacional liberal, e a governos e partidos pequeno-burgueses de todos os tipos, incluindo aqueles professando o “socialismo” e até mesmo o “marxismo-leninismo”. Somente dessa forma o terreno pode ser preparado para a hegemonia da classe operária em uma aliança revolucionária com as camadas pequeno-burguesas oprimidas, particularmente o campesinato. Similarmente, se um partido da classe operária num país capitalista avançado violar a solidariedade de classe com os trabalhadores de um país periférico ao endossar politicamente um governo colonial pequeno-burguês é um sinal absoluto de oportunismo centrista, tal qual a recusa em defender a revolução colonial em razão do caráter não-proletário de sua liderança é um sinal de sectarismo ou pior.

17. A inter-relação entre as lutas democrático-burguesas e democrático-proletárias na revolução colonial permanecem como formulado no programa de fundação da Quarta Internacional, uma formulação que retém a sua completa validade:

“É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é necessário que as próprias massas ultrapassem este programa na luta. A palavra de ordem de Assembleia Nacional (ou Constituinte) conserva todo seu valor em países como a China ou a Índia. É necessário ligar, indissolavelmente, esta palavra de ordem às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de mais nada, armar os operários com esse programa democrático. Somente eles poderão levantar e reunir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário é necessário opor os operários à burguesia ‘nacional’. Em certa etapa da mobilização das massas sob as palavras de ordem da democracia revolucionária, os soviets podem e devem aparecer. Seu papel histórico em determinado período, em particular suas relações com a Assembleia Constituinte, é definido pelo nível político do proletariado, pela união entre eles e a classe camponesa e pelo caráter da política do partido proletário. Cedo ou tarde os conselhos devem derrubar a democracia burguesa. Somente eles são capazes de levar a revolução democrática até o fim e, assim, abrir a era da revolução socialista.”

“O peso específico das diversas reivindicações

democráticas na luta do proletariado, suas mútuas relações e sua ordem de sucessão estão determinados pelas particularidades e pelas condições próprias a cada país atrasado, em particular pelo grau de seu atraso. Entretanto, a direção geral do desenvolvimento revolucionário pode ser determinado pela fórmula da Revolução Permanente, no sentido que lhe foi definitivamente dado pelas três revoluções na Rússia (1905, fevereiro de 1917, outubro de 1917).”

(*A Agonia Mortal do Capitalismo e as Tarefas da Quarta Internacional*).

Conclusões

18. A tarefa do movimento marxista revolucionário internacional hoje é restabelecer sua própria existência real. Falar de “conquista das massas” como uma guia geral internacional é um exagero qualitativo. As tarefas diante da maioria das seções trotskistas e grupos atuais partem da necessidade de clarificação política na luta contra o revisionismo, no contexto de um nível de trabalho de uma natureza geral preparatória e propagandista. Uma parte indispensável da nossa preparação é o desenvolvimento e o fortalecimento de raízes dentro do mais amplo movimento operário, sem o qual os trotskistas ficariam condenados a um isolamento estéril ou a degeneração política nos períodos de luta de classes crescente e, de qualquer forma, incapazes de seguir em frente em nossa tarefa histórica de liderar a classe trabalhadora ao poder. Acima de tudo, o que pode e deve ser feito é a construção de um partido mundial firmemente baseado em seções nacionais fortes, a reunião de uma coluna de quadros militantes da classe trabalhadora ganhos e testados no processo da luta de classes e sob a base sólida da perspectiva revolucionária da Quarta Internacional, o programa para realizar a democracia operária – culminando no poder operário. Uma

declaração fundamental que expande essa perspectiva, em oposição ao pablismo, e sua relevância nos Estados Unidos se encontra no documento da minoria “Em Defesa de uma Perspectiva Revolucionária” (publicado no Boletim de Discussão Interna do SWP, Volume 23, número 4, julho de 1962).

19. “Reunificação” do movimento trotskista na base centrada do pablismo em qualquer das suas variantes seria um passo que afastaria, ao invés de aproximar, o genuíno renascimento da Quarta Internacional. Se, entretanto, a maioria dos grupos trotskistas atualmente existentes insistem em seguir em frente com tal “reunificação”, a tendência revolucionária do movimento mundial não deve virar suas costas para esses quadros. Pelo contrário: seria vitalmente necessário passar por esta experiência com eles. A tendência revolucionária entraria nesse movimento “reunificado” como uma fração minoritária, com a perspectiva de ganhar uma maioria para o programa da democracia operária. A Quarta Internacional não irá renascer através da adaptação ao revisionismo pablista: somente com uma luta teórica e política contra todas as formas de centrismo é que o partido mundial da revolução socialista pode finalmente ser estabelecido.

14 de Junho de 1963

Notas da Tradução

[1] Publicado pela seção do Secretariado Internacional pablista e editado por Ernest Mandel.

[2] Como foi formulado pelo Secretariado Internacional pablista em ocasião de inúmeras revoltas operárias no Leste Europeu.



Carta de Rompimento com a Tendência Bolchevique Internacional

A Estrada para Fora de Rileyville

Por Samuel Trachtenberg – Setembro de 2008

A carta de rompimento a seguir, feita por Samuel Trachtenberg, foi enviada em 25/9/2008. Ela foi ligeiramente editada na ortografia e na gramática. Sua tradução para o português foi realizada em janeiro de 2011 por Rodolfo Kaleb e Leandro Torres.

Camaradas,

Essa carta de rompimento não deve vir como uma surpresa para vocês. Enquanto eu tenho tido problemas e feito críticas direcionadas à liderança da TBI nos anos anteriores, por mais de um ano agora eu tenho constantemente batido de frente com ela sobre o desenvolvimento presente e futuro da TBI e o seu interminável rastro de panelinha, intriga, manobra e métodos desleais em geral através dos quais a Troika (Tom Riley, Bill Logan e Ataire Hannah) têm mantido seu controle sobre o grupo por todos esses anos.

Eu sigo convencido da necessidade e da possibilidade

de derrubar a sociedade capitalista, mas essa possibilidade só pode se atingida através do reagrupamento dos subjetivamente revolucionários pelo mundo numa base programaticamente sadia pela reconstrução da Quarta Internacional. Por mais formalmente correto que o programa escrito possa estar no momento, a História mostrou que o tipo de organização na qual a TBI se transformou, um grupo estático, estagnado, dominado por uma liderança maquiavélica profundamente enraizada, jamais pode ter camaradas mais jovens, crescer, se desenvolver, e dessa forma prestar um pequeno papel nesse processo. Nós perdemos os camaradas argentinos primeiramente por estas razões, e é apenas uma questão de tempo até que

os atuais simpatizantes latinoamericanos do grupo descubram isso eles próprios. Daniel De Leon também era bastante “ortodoxo” no seu tempo, mas ele liderava uma seita rígida hipercentralizada e autoritária cuja contribuição foi principalmente literária. Não é acaso que muitos poucos na história do SLP participaram na fundação do PC-EUA.

Sob esta luz, talvez a situação da seção neozelandesa seja a mais instrutiva. De um ponto em que era o maior grupo que reivindicava o trotskismo no país, ela regrediu para quatro geriatras semiativos. Eu suspeito que a razão para isso seja que a sua reputação é tal que a maioria dos ativistas da Nova Zelândia não iriam querer chegar nem a 10 metros de distância dela. A reputação de Logan e Hannah como líderes da Liga Espartaquista, combinada com o seu aparente fracasso em romper completamente com suas práticas passadas (como expressas em suas terríveis sessões de desmoralização e a perseguição a Peter De Waal), são amplamente conhecidos nos círculos de esquerda da Nova Zelândia e debatidos em vários grupos de discussão na internet. Mas enquanto havia inicialmente algum protesto entre os membros quando esses incidentes ocorreram, os líderes foram capazes de afastá-lo e a manutenção da capacidade da liderança de repetir o tratamento atroz com outros críticos, concorde-se ou não com as suas críticas, estabeleceu um padrão ruim no qual o grupo ainda vive atualmente. Eu fortemente sugiro aos camaradas que leiam os documentos sobre a perseguição da célula da Bay Area. Não é preciso ser um fã de Gerald Smith ou Fred Ferguson para ficar perturbado com a maneira típica de um Zinoviev com a qual a liderança lidou com eles. Trotsky lidava com tais diferenças de forma radicalmente diferente como qualquer um pode ver lendo *A Crise da Seção Francesa*, onde questões semelhantes de uma imprensa “popular” mantida dentro da disciplina estavam em controvérsia.

Mas enquanto alguns destes casos ocorreram mesmo antes de eu me tornar um membro, eu ainda posso dizer que a TBI é hoje um grupo radicalmente diferente daquele que eu entrei em 1994. Até 1998, quando ocorreu a sua última luta fracional, a TBI era ainda um grupo cheio de debates e disputas de linha política. Na conferência da América do Norte à qual eu participei após me unir ao grupo, Riley e Logan ainda eram minoria em muitas questões. Mas são agora 10 anos desde a última luta fracional na TBI com os seguidores de Jim Creegan e Ian Donovan.

Era assim que o grupo via a questão no passado, quando ela aconteceu com a SL:

“No mundo de sombras que cada vez mais constitui a vida interna da SL/EUA, a liderança ocasionalmente sente necessário responder a dúvidas, perguntas e críticas que nunca foram explicitamente articuladas por ninguém, mas que se pensa espreitar as mentes de muitos. Logo após a questão envolvendo Gordon, Seymour agitou um artigo chamado ‘O Camarada Robertson e a Tendência Espartaquista’ no qual ele trata da espinhosa questão do porquê de a última luta fracional na SL ter ocorrido em 1968. Seymour

coloca que ‘Em uma organização homogênea, luta fracional ocorre quase sempre quando modificações nas circunstâncias objetivas exigem uma mudança fundamental na linha política e nas perspectivas organizativas.’ (SL IBD Número 30, Página 44). Ele usa o exemplo do Partido Bolchevique, que não era ‘claramente nem um culto nem uma organização personalista. A cada virada maior, Lenin encontrava resistência ou oposição aberta entre os membros de liderança’. O fato de que esse não é o caso na SL/EUA há mais de dez (hoje catorze) anos, explica Seymour:”

“é condicionado pelo fato da ausência de circunstâncias objetivas que exigem mudanças maiores ou inovações na linha política ou viradas organizativas não antecipadas...”

“Nossa tendência existe num quadro organizativo a tem limitado a propagandear o programa e visão de mundo trotskista... [a SL/EUA] nunca desafiou seriamente, nem mesmo de maneira episódica, a liderança burocrática da classe trabalhadora...”

“Muito bem então... todas as lutas fracionais na Tendência Espartaquista Internacional esperam o dia em que a organização ganhe uma base de massa na classe trabalhadora.”

Declaração da Tendência Externa (1982)

No entanto quando eu levantei essa questão (junto com várias outras similares), os camaradas deram a mesma resposta que Seymour, combinada com uma grosseira campanha para me convencer de minhas críticas provinham de “problemas mentais”. Enquanto eu possuo um histórico de depressão, não tenho quadro de insanidade e sou perfeitamente capaz de reconhecer a realidade e as tentativas da liderança de usar os mesmos mecanismos comigo que foram usados com outros críticos. Ian Donovan, que levantou críticas inaceitáveis sobre a questão da Frente Popular, foi tratado numa trama semelhante. Após deixar o nosso grupo quando a liderança anunciou de forma antidemocrática que as diferenças dele não seriam discutidas num período de 2 a 4 anos até a próxima conferência, a TBI respondeu com falsas insinuações externas (e afirmações explícitas internas) que a avaliação de Ian do que havia acontecido era um produto de “doença mental”. No entanto, a avaliação dele era precisa. Enquanto Ian tinha um histórico de acessos de raiva em tratamento, ele também não era insano.

Um dos corruptos capatazes da liderança, Jason Wright, tem ele próprio uma história de sua organização anterior, a Liga Revolucionária dos Trabalhadores, que fez uma campanha para convencê-lo de que suas críticas corretas a ela eram um produto de “doença mental”. Como ele pode se olhar no espelho hoje sendo um cúmplice de

uma campanha semelhante, eu não sei. O termo para esse tipo de prática é “*gaslighting*” e eu pediria aos camaradas que fizessem uma busca no Google sobre isso. O fato de que Bill Logan, um “profissional” de saúde mental, usou suas credenciais para tais propósitos nojentos aumenta a corrupção envolvida.

Como ele pode se olhar no espelho hoje sendo um cúmplice de uma campanha semelhante, eu não sei. O termo para esse tipo de prática é “*gaslighting*” e eu pediria aos camaradas que fizessem uma busca no Google sobre isso. O fato de que Bill Logan, um “profissional” de saúde mental, usou suas credenciais para tais propósitos nojentos aumenta a corrupção envolvida.

O incidente que finalmente me forçou a enfrentar a questão de frente aconteceu há duas semanas. Eu recebi um email de Tom Riley me dizendo que ele queria conversar comigo. Uma vez que eu estava bastante irritado com a mais recente provocação do CEI [Comitê Executivo Internacional] em tentar me fazer perder a calma, eu disse a ele para me mandar um email e que eu iria responder, já que eu estava estressado demais no momento e que não queria lidar com mais problemas desnecessariamente. A resposta de Tom foi me informar que eu não faço as regras, e ele sim, e que eu estava sob disciplina para telefoná-lo. Eu respondi que isso deveria envolver alguma questão de segurança ou algo semelhante que não poderia ser discutido via email, já que de outro modo, a exigência não teria a ver com nenhuma disciplina operacional legítima, mas seria um exercício para estabelecer obediência psicológica do tipo que a SL costumava fazer, e que desse modo, seria inteligente para ele me enviar um email, já que nunca é uma boa idéia para aqueles que perderam toda a autoridade moral, começar a usar ameaças. Ele respondeu continuando a exigir que eu telefonasse. Quando eu telefonei, ele me informou que quando ele, o senhor Grande “Mandachuva”, me dissesse para telefonar, era melhor eu telefonar, e procedeu arrogantemente me informando que eu “não deveria me surpreender se num futuro não muito distante” eu me visse “forçado a sair do grupo” seguido por um dos seus asquerosos “he-he”s. Fosse a intenção me provocar para sair, iniciar intimidações burocráticas, ou mais provavelmente uma declaração de intenção futura feita num momento de descontrolada arrogância burocrática, ela me forçou a confrontar pessoalmente o fato de que, se tal abusivo pedaço de bosta podia ser o líder inquestionado e indiscutível de um grupo, isso significava que esse grupo não tinha futuro revolucionário. No fim, a questão que ele tinha que discutir poderia ter sido feita por email. A resposta dele foi de que ele “não achou isso”.

Eu valorizo profundamente as contribuições históricas passadas da TBI e buscaria continuar o seu trabalho. Mas uma continuação não é uma repetição e o grupo que eu (e outros) formaremos terá o cuidado de não repetir o seus erros. Os camaradas podem ler mais no site www.regroupment.org, que em breve estará no ar.

Eu chamo outros membros da TBI para se juntarem a mim uma vez que eu não creio que a liderança da TBI

seja reformável a essa altura, nem acredito que a necessária insurreição dos membros de base que o grupo precisa é possível numa conjuntura histórica como a nossa. Isso ocorreria geralmente como um reflexo de crescente luta de classes na sociedade em geral, assim como a pacificação dos quadros da TBI reflete o período difícil no qual a TBI vem sofrendo nos seus 27 anos de incapacidade de romper uma existência hipermarginalizada. Mas para aqueles que discordam eu os convido a fazerem uma tentativa de reforma. Se vocês forem bem sucedidos antes que a rotina destrua o programa formalmente correto, eu e os que se juntarem a mim estaremos prontos para unir a vocês nossas forças. Mais provavelmente, a liderança irá marginalizá-los com suas incessantes manobras por trás dos panos e campanhas de boatos, combinadas com repressão organizativa, até que vocês desistam e abandonem a organização, desmoralizados e falidos, como Jim Robertson [que ensinou os líderes da TBI em suas técnicas] costumava explicitamente dizer que era o jeito de lidar com opositores.

Aqueles que tentarem e, como eu, continuarem determinados a serem revolucionários, estão convidados a entrar em contato com o novo grupo que eu vou participar da formação. Eu estou confiante do seu futuro.

Samuel Trachtenberg

PS: Enquanto o novo grupo terá um foco em polêmicas, ele não será tão fortemente centralizado quanto a TBI. Eu não formarei uma “tendência externa”. Enquanto tal orientação fazia sentido para um partido de massas envolvido em combate diário, como a Internacional Comunista, ela não faz sentido para um grupo puramente literário com menos que 40 pessoas pelo mundo. Essa orientação já não fazia sentido para um grupo como a SL e a TBI nunca conseguiu sair desse foco limitado. Essa foi a lição que eu aprendi. Mas eu escreverei polêmicas com a TBI quando a necessidade surgir e certamente irei responder a quaisquer acusações. Uma análise histórica mais ampla do que aquela apresentada nessa carta virá em breve.



**Revolutionary
Regroupment**

Tendência Vern-Ryan

Uma carta sobre a Revolução Boliviana

Escrita por Sam Ryan e originalmente impressa no Boletim Interno do Partido dos Trabalhadores Socialistas (SWP) norte-americano em junho de 1952, esta carta (a primeira de três) lida com o papel centrista do partido trotskista boliviano (POR) no processo deflagrado em abril de 1952, considerado até hoje uma das situações mais explícitas em que a classe operária poderia ter chegado ao poder. A Tendência Vern-Ryan do SWP foi uma das poucas a se contrapor na época à política traiçoeira da Quarta Internacional sob controle pablista em relação à revolução. Esta carta foi transcrita na publicação da Liga pelo Partido Revolucionário (LRP/EUA) “Bolívia: A Revolução que a Quarta Internacional traiu”. A versão para a língua portuguesa foi realizada por Rodolfo Kaleb e Leandro Torres em junho de 2011 a partir da versão em inglês disponível na página do Reagrupamento Revolucionário.

Ao Secretariado do SWP
1 de junho de 1952

Prezados camaradas,

Esta carta é um pedido por clarificação sobre o programa e a política do POR da Bolívia. Apresentou-se ao POR a oportunidade de liderar a revolução e dessa forma prestar um grande serviço ao nosso movimento internacional. Nosso movimento, e não menos o SWP, tem o dever de dar aos camaradas bolivianos toda a ajuda possível, ambas material e política. É apenas normal que nós nos Estados Unidos devamos estar extremamente ansiosos para que os camaradas bolivianos busquem uma política que lhes trará sucesso.

A entrevista com o camarada Guillermo Lora, publicada em *The Militant* [jornal do SWP] em 12 e 19 de maio, levanta algumas questões sérias sobre o programa e a política do POR que, eu acredito, deveriam ser resolvidas o quanto antes. As questões levantadas na entrevista, e insatisfatoriamente respondidas pelo camarada Lora, incluem:

1. O caráter de classe do governo;
2. O caráter do MNR;
3. Nossa atitude com relação aos comprometidos;
4. O programa transitório revolucionário para a Bolívia.

Deixe-me comentar brevemente sobre a forma com a qual o camarada Lora parece responder a essas questões.

1. O CARÁTER DE CLASSE DO GOVERNO

Eu acho que é incontestável que o atual governo boliviano é um governo burguês, cuja tarefa e objetivo é defender por todos os meios disponíveis os interesses da burguesia e do imperialismo. Ele irá, se puder, controlar e desarmar a classe operária, esmagar a sua vanguarda revolucionária, e reconstruir a ditadura da burguesia, que foi abalada, mas não destruída pela primeira fase da revolução. Este governo é portanto o inimigo mortal dos trabalhadores e camponeses, e especialmente do partido marxista.

O camarada Lora não levanta explicitamente a questão do caráter de classe do governo. O mais perto que ele chega é o seguinte:

“O governo de Paz Estenssoro, dominado por sua ala reacionária, mostra todas as características marcantes do bonapartismo, operando entre o proletariado e o imperialismo”.

Isso implica o caráter burguês do governo? Talvez. Eu espero que sim. Mas essa é uma questão que terá de ser respondida, e não por implicação ou inferência, mas diretamente.

Uma coisa parece clara: o camarada Lora não considera esse governo como um inimigo da classe trabalhadora e do POR.

“Não pode-se excluir a possibilidade”, ele diz, “de que a ala direita [do governo], encontrando-se diante do aguçamento da luta de massas contra ela, vá aliar-se com o imperialismo para esmagar o assim chamado ‘perigo’ comunista”.

Essa formulação é errada, muito errada! Esse é um erro que, se de fato representa a posição do POR, pode ter consequências trágicas para a própria existência física dos quadros do partido trotskista boliviano.

Este é o aviso que os líderes do POR devem dar à classe trabalhadora e acima de tudo aos seus próprios membros: Nós podemos esperar com absoluta certeza (não meramente “não excluir a possibilidade”) que o governo (e não meramente a sua ala direita) vai se aliar com o imperialismo e tentar esmagar o movimento de massas e antes de tudo a sua vanguarda, o POR, que é um verdadeiro (e não o “assim chamado”) perigo comunista.

“Está fora de dúvida”, conclui Lora, “que o novo governo está agora sujeito a uma enorme pressão da burguesia feudal [esse termo sem dúvida é o resultado de uma tradução mal feita] e do imperialismo para fazê-lo capitular ou para destruí-lo. Sob essas condições, o POR defende o governo com toda a sua força e por meio da mobilização das massas [...] Hoje, longe de sucumbir à histeria da luta contra o MNR, à qual os imperialistas batizaram de ‘fascista’, nós estamos marchando com as massas para fazer o movimento de 9 de Abril [dia do estabelecimento do governo do MNR] o prelúdio para o triunfo de um governo dos operários e camponeses”.

Três questões separadas parecem se misturar aqui:

A. A oposição política dos marxistas a um governo burguês, um governo que, em razão da sua fragilidade, é forçado a manobrar com a classe operária e parece não ter ainda “capitulado” à burguesia. O camarada

Lora aparentemente expressa uma posição de imparcialidade.

B. A oposição dos mais abertamente pró-imperialistas ao governo como “fascistas”. Essa oposição tem o objetivo de fortalecer as bases do governo contra a classe trabalhadora, ou derrubar o governo, ou ambos. Essa oposição não tem nada em comum com a oposição marxista pela esquerda, e o camarada Lora é culpado de um sério erro ao confundir os dois quando ele diz que o POR está “longe de sucumbir à histeria da luta contra o MNR”.

C. A cooperação técnica e material e a ajuda que os marxistas deveriam dar a um governo do MNR contra um golpe do tipo Kornilov ou Franco. Isso deve ser angularmente diferenciado de apoio político, que nós jamais daríamos. Nós continuaríamos a lutar contra o governo – com meios apropriados à situação, naturalmente – mesmo enquanto estivéssemos combatendo juntamente com ele contra um levante militar.

Essa confusão feita pelo camarada Lora de dois tipos diferentes de “oposição” e dois tipos diferentes de “apoio” parecem ser um paralelo da potencialmente desastrosa política dos Bolcheviques em março-abril [de 1917] que, na ausência de Lenin, declararam seu apoio contra qualquer reação ou contra-revolução. Mas ela não parece nem um pouco com a política de Lenin na luta contra Kornilov, quando ele escreveu:

“Seria o erro mais profundo imaginar que o proletariado revolucionário é capaz, por assim dizer, ‘para se vingar’ dos Socialistas Revolucionários e Mencheviques, de se recusar a ‘apoiá-los’ contra a contra-revolução [...] Nós não devemos apoiar nem mesmo agora o governo de Kerensky. Isso seria falta de princípios. Nos perguntarão: Não devemos combater Kornilov? É claro que sim. Mas isso não é a mesma coisa. Há um limite aqui. Alguns dos Bolcheviques estão cruzando-o, se envolvendo em compromissos, sendo carregados pelo fluxo dos eventos”.

2. QUAL É O CARÁTER DO MNR?

O camarada Lora responde a essa pergunta da forma como se segue: “O MNR é um partido pequeno-burguês que se baseia nas organizações das massas”. Eu acho que isso está errado, e que é a base para uma atitude conciliatória com relação ao MNR. O MNR é um partido burguês, que explora politicamente as massas. A maioria dos seus membros, como em todos os partidos de massas, são sem dúvida trabalhadores e elementos de classe média; mas isso não determina o seu caráter de classe. Ele não é controlado por sua maioria, mas por sua ínfima minoria, e os controladores que não aparecem, a classe capitalista.

Como mais seria possível explicar a composição do governo que, como diz o camarada Lora, “é maciçamente composto pelos elementos mais reacionários do MNR e particularmente os maçons [...] os mais efetivos agentes do imperialismo”?

É esse o tipo de governo que o POR defendia quando ele levantou o slogan “Que o MNR tome o poder”? A composição do governo está em completa conformidade com o caráter do MNR. Eu acredito que foi errado levantar esse slogan. A não ser que os nossos camaradas desfaçam seu erro reconsiderando a sua caracterização do MNR, eles irão inevitavelmente sofrer juntamente com o MNR quando as massas, por sua própria experiência, começarem a ver o verdadeiro caráter de classe desse partido burguês.

3. NOSSA ATITUDE COM RELAÇÃO AOS COMPROMETIDOS

Com relação aos líderes operários no governo, o camarada Lora toma uma atitude inequívoca: ele os apoia, e não apresenta nenhuma crítica ao seu papel. “Os trabalhadores têxteis”, ele coloca, “obrigaram o MNR a aceitar elementos da classe operária no gabinete”. O POR apoiou esta demanda? A suposição é forte de que sim. O camarada Breitman [do SWP] cita o *New Leader* ao dizer que o camarada Lora é o secretário de Lechín [principal líder sindical que compôs o governo do MNR], e Breitman não contradiz esse relato. Se for verdade, isso não posicionaria o POR como um membro subordinado do governo de coalizão burguesa? E se esse relato não for verdadeiro, a situação não é decisivamente diferente. E se o POR tivesse força o suficiente para garantir a sua entrada no gabinete? E se, como todos esperamos e desejamos, o POR ganhasse mais apoio de massa no futuro, ele entraria então em um governo burguês de coalizão? Essa é a lógica da posição colocada pelo camarada Lora.

A atitude marxista sempre tem sido e continuará sendo de hostilidade com relação aos comprometidos; a de chamá-los a romper com os políticos burgueses e formar um governo de trabalhadores e camponeses. De acordo com os informes mais recentes, Lechín está capitulando à ala direita do governo na questão da nacionalização das minas. Isso não deveria ser nenhuma surpresa para nós. Isso era inevitável. Quanto o POR não teria ganho em confiança das massas se ele tivesse previsto essa capitulação? Quanto ele perdeu por seu apoio aos comprometidos?

É claro que o POR teria como consequência a perda da simpatia de Lechín. Mas Lechín é um simpatizante traidor e indigno de confiança. Lechín irá capitular de novo e de novo. Ele irá ajudar a desarmar os trabalhadores. Ele vai ajudar a tentar esmagar o POR, não importa o quanto este o apoie. E a traição de Lechín será facilitada se o POR continuar a apoiá-lo.

4. O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO REVOLUCIONÁRIO

A independência do partido revolucionário é uma lei absoluta numa situação revolucionária. Mas isso não

cai do céu. Ela surge a partir da teoria marxista e do programa do partido. Os principais slogans levantados por nosso partido, de acordo com o camarada Lora foram os seguintes:

- “1. A restauração da constituição do país através da formação de um governo do MNR, que obteve maioria nas eleições de 1951.”
- “2. Lutar pela melhoria de salários e condições de trabalho.”
- “3. Lutar por direitos democráticos.”
- “4. Mobilizar as massas contra o imperialismo, pela nacionalização das minas, e pelo cancelamento do acordo com as Nações Unidas.”

Os pontos 2 e 3 são claramente insuficientes para diferenciar nosso partido das outras tendências do movimento operário. Elas são genéricas demais. A forma com a qual nós levantamos a luta deve ser elaborada, e de tal forma que seja parte do programa de transição revolucionário.

A demanda por nacionalização é suficiente para diferenciar o programa marxista daquele de todas as outras correntes? Eu acredito que não. Ambas as alas de direita e de esquerda do MNR são a favor da nacionalização. E não existe razão para supor que o MNR não possa ser forçado a cumpri-la a um grau ou outro. Cardenas, Mossadegh, Perón, todos realizaram nacionalizações sem perderem nem um centímetro do seu caráter burguês.

A nacionalização não muda o caráter de classe do Estado. A nacionalização em si só tem um caráter de classe de acordo com o governo que a realiza. É claro que nós não nos opomos a tais nacionalizações; nós as defendemos contra o imperialismo. Mas a questão decisiva permanece: qual classe possui o poder político e militar? O poder de Estado está nas mãos da burguesia ou do proletariado? E o poder burguês só pode ser removido pela revolução proletária.

O camarada Lora aparentemente não distingue essa linha aguda no caráter de classe do Estado. Por sua designação desse governo como “bonapartista” operando entre o proletariado e o imperialismo, por sua caracterização do MNR como um partido pequeno-burguês, e por sua ênfase na nacionalização, ele parece considerar o presente regime como um regime transitório que não tem caráter de classe fixo.

“Agora é necessário”, diz o camarada Lora, “lutar pela nacionalização das minas, das indústrias principais, e da terra. Essa luta estará intimamente conectada com o desenvolvimento de um levante de massas, com o envolvimento dos novos setores da classe operária na luta, de tal forma que ela assuma um âmbito nacional, e finalmente a constituição de um governo de operários e camponeses”.

Uma elaboração dessa declaração obviamente resultaria na projeção de um programa transitório. Portanto, eu espero que ele seja elaborado.

Mas como isso se adequa à demanda pela restauração da constituição burguesa? Eu me lembro muito bem o quanto os trotskistas franceses foram sancionados (e muito corretamente) por votar a favor de uma constituição burguesa. Eles se defenderam apontando para o fato de que as organizações da classe trabalhadora a apoiavam, enquanto os reacionários eram contra. É essa a justificativa do POR? Isso tornaria a política marxista muito simples: Veja o que a extrema direita está fazendo e faça o oposto.

As massas estavam lutando sob o slogan de restauração da constituição? Os marxistas podem participar da luta das massas sem levantar os slogans incorretos delas. Verdade, eles seriam então uma minoria; mas esse é o preço que devemos pagar por apontar as necessidades objetivas que as massas ainda não compreendem completamente. Os marxistas devem explicar pacientemente.

O camarada Lora cita a influência que o POR ganhou na ala esquerda do MNR. Uma influência imprestável, me parece, se ela foi obtida adotando o programa do MNR. Uma frente única com um partido burguês com o objetivo de estabelecer uma constituição burguesa e colocar o partido burguês no poder, não é uma frente única, mas um frente popular.

A frente única que os marxistas reivindicam tem o objetivo de unir operários e camponeses numa base de acordo mínima incorporando um estágio do programa de transição revolucionário. Essa frente única, numa situação revolucionária, se transforma em sovietes de trabalhadores e camponeses. E mesmo nos sovietes a luta continua. Longe de aceitar o programa conciliador que possa ser imposto sobre os sovietes, os marxistas reivindicam seu próprio programa, chamando os sovietes a romper com a burguesia, seus partidos e seu governo, e tomar completamente o poder, estabelecendo um governo operário e camponês.

Mas o camarada Lora não levanta a questão de romper com o governo burguês. O governo operário e camponês que ele reivindica parece ser como uma conclusão última da mudança gradual de cargos no governo burguês, onde os direitistas seriam forçados a sair e o gabinete ganharia um tom cada vez mais para a esquerda.

Numa situação revolucionária, o slogan de governo operário e camponês não é um objetivo último, mas uma demanda imediata, inseparável de rachar e destruir o governo burguês. O governo dos trabalhadores e camponeses pode ser atingido, na verdade, apenas como a ditadura do proletariado.

Esta carta, camaradas, se baseia em uma única entrevista com um líder do POR. Eu suponho – de fato espero ardentemente – que eu não tenha base o suficiente para caracterizar a política do POR. Eu, portanto, contive o tom das minhas críticas ao máximo. Mas há o perigo, ou ao menos a possibilidade de, no meio de uma grande luta, ser carregado pelo fluxo dos acontecimentos. Sem impor aos camaradas bolivianos suas táticas específicas, os líderes do nosso partido devem ajudar o POR a basear suas táticas estritamente no programa marxista revolucionário, a única esperança para a vitória.

Eu espero que vocês vejam esta carta no espírito no qual ela é escrita: mais um questionamento do que uma crítica.



Leon Trotsky sobre

Otimismo e Pessimismo

Sobre o século XX e muitas outras coisas

O pequeno trecho a seguir, escrito em 1901 por um jovem Leon Trotsky, foi reimpresso como introdução à primeira edição da revista Revolutionary Regroupment. Ele é simbólico da determinação da revista de ser bem sucedida em seu esforço e na sua confiança fundamental na capacidade da classe trabalhadora de quebrar as correntes de opressão e inaugurar um novo capítulo na história da humanidade. Sua tradução para o português foi realizada por Rodolfo Kaleb e Leandro Torres em 2011.

Dum spiro spero! [Enquanto há vida, há esperança!] ... Se eu fosse um dos corpos celestiais, eu olharia com completo desapego para esta bola miserável de sujeira e poeira ... Eu brilharia indiferente entre o bem e o mal ... Mas eu sou um homem. A história do mundo que para você, desapaixonado cálice de ciência, para você, guarda-livros da eternidade, parece apenas um momento insignificante no equilíbrio temporal, para mim é tudo! Enquanto eu respirar, eu lutarei pelo futuro, este radiante futuro no qual o homem, poderoso e belo, se tornará mestre do fluxo incerto da História e irá direcioná-lo para um horizonte sem fim de beleza, alegria e felicidade!

O século dezenove de muitas formas satisfez e de ainda mais formas enganou as esperanças do otimista ... Ele o compeliu a transferir a maioria das suas esperanças para o século vinte. Sempre que o otimista se confrontava com um fato de atrocidade, ele exclamava: Como pode isso acontecer no limiar do século vinte! Quando ele imaginasse maravilhosamente desenhado um futuro harmonioso, ele o colocava no século vinte.

E agora este século chegou! O que trouxe com ele em sua inauguração?

Na França – o escarcéu venenoso do ódio racial [1]; na Áustria – disputa nacionalista...; na África do Sul – a agonia de um povo pequeno, que está sendo assassinado por um colosso [2]; na própria “ilha da liberdade” – o canto triunfante da vitoriosa avareza de agiotas chauvinistas; dramáticas “complicações” no leste; rebeliões de massas populares famintas na Itália, Bulgária, Romênia ... ódio e morte, fome e sangue ...

Parece até que o novo século, este gigante recém-chegado, está determinado mesmo no momento do seu surgimento a levar o otimista ao absoluto pessimismo e a um nirvana cívico.

– Morte à Utopia! Morte à fé! Morte ao amor! Morte à esperança! Esbraveja o século vinte em salvas de fogo e ao retumbar das armas.

– Renda-se seu patético sonhador. Aqui estou eu, o seu tão esperado século vinte, o seu “futuro”.

– Não, responde o inabalado otimista: Você, você é apenas o presente.

Notas do tradutor

[1] O “Caso Dreyfus”

[2] A Guerra dos Boers



**Edição especial
de lançamento!**

*Conheça as origens e a
tradição política do RR!*